

Lula propõe união contra biopirataria

“Transição ecológica não pode ser fachada para neocolonialismo”

“A floresta não pode ser vista apenas como santuário”, advertiu

O presidente Lula, em discurso sábado (8), no encerramento da reunião técnico-científica da Amazônia, em Letícia, na Colômbia, cobrou que os países ricos parem de enrolar e paguem os US\$ 100 bilhões anuais prometidos em 2009 e que nunca

foi cumprido. “Afinal, foram eles que emitiram historicamente a maior parte dos gases do efeito estufa”, apontou. Lula advertiu que a “transição ecológica” “não pode servir de fachada para um neocolonialismo” e defende uma união dos países amazônicos contra a biopirataria. **Página 3**

Claudio Kbene - PR



HORA DO POVO

ANO XXXIII - Nº 3.913 12 a 18 de Julho de 2023



Zakharova: “envio de bombas de fragmentação faz EUA cúmplice de crimes de guerra”

“Ao abastecer a Ucrânia com esse tipo de bombas, banidas em 123 países, os EUA se tornarão cúmplices e transformarão o território ucraniano em campo minado”, alertou a ministra russa (foto). **Página 6**

Escola em Tempo Integral ganha 1 milhão de vagas

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que cria o programa Escola em Tempo Integral. **Página 4**

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Líderes de 9 partidos pedem que Senado investigue Campos Neto

Ricardo Stuckert - PR



Presidentes de seis partidos e líderes do PT, PV, MDB, PSD, Psol, PSB, PDT, PC do B e Rede na Câmara dos Deputados entregaram uma petição ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), para investigar a política monetária do BC e a demora do presidente Campos Neto em reduzir a taxa de juros, mantida em 13,75% ao ano, impondo “a maior taxa de juro do mundo”, “mesmo diante de cenário de deflação”. **Pág. 2**

Moraes mantém preso chefe da PM-DF que agiu por golpe no 8/1

O ministro do STF Alexandre de Moraes rejeitou um pedido para revogar a prisão do ex-chefe do Departamento de Operações da PM do DF Jorge Eduardo Naime Barreto, preso por conspiração na tentativa de golpe. **Página 3**

União volta a ter voto qualificado no Carf. Evasão fiscal diminuirá

Câmara aprovou lei retornando à Fazenda o voto de desempate no Carf. Com isso, estima-se que cerca de R\$ 50 bi voltarão aos cofres públicos. **P.2**

Ciência e Tecnologia anuncia R\$ 41 bi para industrialização

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) anunciou que irá investir R\$ 41 bilhões nos próximos quatro anos na nova política industrial do país. Os recursos, operados

pela Finep, são do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e serão investidos na forma de crédito e subvenção econômica. Ao participar da primeira reunião do Conselho

Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), o secretário-executivo do MCTI, Luís Fernandes, representando a ministra Luciana Santos, afirmou que “o esforço que estamos empreendendo ago-

ra para promover uma nova industrialização no Brasil deve incorporar um forte componente de estímulo e apoio à inovação empresarial como um dos pilares, talvez o pilar central, desse esforço”. **Pág. 4**

Governo aprova Reforma Tributária na Câmara dos Deputados: 382 X 118

O governo aprovou na quinta-feira (5) em primeiro turno a Proposta de Emenda Constitucional da Reforma Tributária que vinha sendo discutida há décadas no Parlamento brasileiro. Foi a primeira vez que uma reforma tributária foi aprovada em um regime democrático. O projeto foi relatado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) e obteve 382 votos favoráveis e 118 votos contra, com 3 abstenções.

Na madrugada a proposta foi aprovada em segundo turno por 375 votos a 113 e 3 abstenções. Da oposição, 20 deputados do PL, partido de Bolsonaro, o grande derrotado, votaram a favor da proposta.

Durante a tarde da mesma quinta-feira (5), o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), tentou convencer Jair Bolsonaro e sua trupe a apoiar a proposta, mas foi hostilizado, tanto pelo ex-presidente quanto pelos integrantes do PL reunidos na sede do partido. O clima na reunião foi bastante desagradável com Bolsonaro batendo boca com Tarcísio na frente de todos os presentes e das câmeras.

Somente orientaram o voto contrário à reforma tributária os bolsonaristas mais empedernidos da Câmara e o seu puxadinho, o Partido Novo. Todas as demais lideranças dos diversos partidos orientaram o voto favorável ao projeto.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/governo-aprova-reforma-tributaria-na-camara-dos-deputados-por-382-votos-a-118/>

Foto: Richard Silva/PCdoB na Câmara



Presidentes de seis partidos e líderes do PT, PV, MDB, PSD, Psol, PSB, PDT, PC do B e Rede na Câmara dos Deputados entregaram a petição ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Produção de veículos recua 17% em junho

O programa de incentivo do governo para venda de carros zero km contribuiu para redução do alto volume de estoques das montadoras de veículos em junho, mas não impediu a forte queda de 16,8% na produção do mês em relação a maio. Os dados são da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), divulgados nesta sexta-feira (7). Na comparação com junho do ano passado, a queda foi de 7,1%.

A produção de veículos comerciais leves em junho caiu 11,6% na comparação com maio e 30,3% na comparação com junho de 2022. A produção de caminhões caiu 16,2% em junho frente a maio e, em relação a junho de 2022, a queda foi de 47,4%. A produção de ônibus no mês de junho variou positivamente em 0,1%, mas tombou em 34,8%

na comparação anual.

De acordo com informações da associação, o número de veículos encalhados nos pátios era de 251,7 mil em maio. A falta de demanda para carros novos diante dos altos preços agravados pelos elevados juros no financiamento provocou a paralisação da produção de cinco fábricas em maio. Após aplicação dos recursos do programa que barateou os carros novos, os estoques caíram para 223,6 mil em junho, o que equivale a uma redução de 40 para 35 dias de reservas.

“Os recursos à disposição para o carro zero se encerraram, cumprindo muito bem a proposta do programa de trazer carros mais baratos para o consumidor, com renovação da frota e aquecimento da economia”, disse Márcio de Lima Leite, presidente da Anfavea.

Com juro alto, indústria de transformação segue no vermelho, alerta Iedi

“Juros em alta, bens de capital em baixa”, assim sintetizou o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) ao analisar o “modesto” resultado da produção industrial brasileira que variou +0,3% em maio, em relação a abril, quando caiu -0,6%, conforme divulgou o IBGE na terça-feira (4/6).

“O resultado foi de +0,3% frente ao mês anterior, já descontados os efeitos sazonais, graças a um avanço de +1,2% na atividade extrativa, já que a indústria de transformação (-0,1%) ficou mais uma vez no vermelho”.

“De fato, bens de capital têm sido o principal freio para a indústria em 2023. Como se sabe, as decisões de investimento são particularmente prejudicadas pelo quadro de elevação das taxas de juros reais que temos visto no país”, afirma o Iedi. De janeiro a maio de 2023, a produção de bens de capital acumula queda de -9,6% “em uma trajetória de progressiva deterioração”, diz o Iedi.

Leia a matéria completa no site: <https://horadopovo.com.br/juros-altos-prejudicam-industria-de-transformacao-diz-iedi/>

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto

Rua Mazzini, 177

Cambuci - CEP: 01528-000

São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@uol.com.br

C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hpri@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hf.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yahoocom.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Líderes de 9 partidos pedem que Senado investigue Campos Neto

Em petição entregue ao presidente da Casa, senador Rodrigo Pacheco, eles pedem a “apuração de possível motivação viciada e vício de finalidade, desconectada dos acontecimentos fáticos precedentes que levaram o Banco Central do Brasil a manter a taxa de juros em 13,75%”

Presidentes de seis partidos e líderes do PT, PV, MDB, PSD, Psol, PSB, PDT, PC do B e Rede na Câmara dos Deputados entregaram uma petição ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), nesta quarta-feira (5), que requisita a instauração de um “procedimento apuratório” para investigar a política monetária do Banco Central (BC) e a demora do presidente Campos Neto em reduzir a taxa de juros, mantida em 13,75% ao ano, impondo “a maior taxa de juro do mundo”, “mesmo diante de um cenário concreto de deflação e favorável a redução da taxa de juros”.

“[...] as justificativas apresentadas para tal manutenção atrelam-se a uma conservadora política econômica que ignora as favoráveis quedas inflacionárias dos últimos meses, bem como omite-se do efeito negativo da alta taxa de juros, impondo uma desaceleração da economia e manutenção da retração da atividade empresarial, criação de empregos e qualidade de vida dos brasileiros, fatores que foram utilizados pelo COPOM para justificar a manutenção da taxa de juros”, diz o documento assinado pelos presidentes Gleisi Hoffmann (PT), Carlos Siqueira (PSB), José Luiz Penna (PV), Luciana Santos (PCdoB), Heloísa Helena (Rede) e Juliano Medeiros (Psol). Também assinam a petição os líderes do MDB na Câmara,

Isnaldo Bulhões (AL), do PDT, André Figueiredo (CE), e Jandira Feghali do PCdoB, dentre outras parlamentares.

No documento, eles pedem “a apuração de possível motivação viciada e vício de finalidade, desconectada dos acontecimentos fáticos precedentes que levaram o Banco Central do Brasil a manter a taxa de juros em 13,75%, requisitando-se explicações técnicas, providões concretas e demonstrações acerca da legalidade, motivação, impessoalidade e eficiência da política adotada”.

É ainda, a “apuração de eventuais responsabilidades do atual Presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, no que se refere à demora e ao não cumprimento adequado do controle da inflação, do emprego e desenvolvimento econômico e social”.

Segundo os parlamentares, Rodrigo Pacheco se comprometeu a submeter o pedido ao setor jurídico do Senado e informou que pretende fazer nova convocação a Campos Neto para dar explicações aos senadores em 3 de agosto.

Para a deputada Gleisi Hoffmann, presidente do PT, “a política de juros está viciada, equivocada, e manter a taxa de juros em 13,75% é um erro”.

Leia a íntegra da petição no site do HP: <https://horadopovo.com.br/presidentes-e-lideres-de-nove-partidos-pedem-ao-senado-investigacao-sobre-campos-neto-no-bc/>

Câmara aprova voto qualificado da União no Carf e contribui para redução da evasão fiscal

Ministério da Fazenda estima um retorno aos cofres públicos de cerca de R\$ 50 bilhões apenas este ano

O governo Lula aprovou na Câmara dos Deputados o projeto de lei que dá ao representante da Fazenda Nacional o voto de desempate no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), última instância de julgamento de questões tributárias na administração federal.

O Carf é a segunda instância de julgamento dos processos administrativos referentes à constituição do crédito tributário administrado pela Receita Federal do Brasil, tendo composição paritária entre representantes dos contribuintes e da Fazenda Nacional. A paridade sem o voto qualificado vinha sendo usada por alguns grandes empresários como instrumento de evasão fiscal.

Simbólica.

A proposta foi aprovada na forma de substitutivo do relator, deputado Beto Pereira (PSDB-MS), e será enviada ao Senado.

O relator acatou parcialmente ao Projeto de Lei 2384/23, do Poder Executivo, acordo realizado entre o governo federal e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com a redução de multas e juros para o pagamento de dívidas em ações julgadas pelo Carf com desempate a favor da União.

Se o voto de desempate ocorrer, serão excluídas as multas; e o Fisco não representará o contribuinte ao Ministério Público por crime tributário.

As empresas derrotadas pelo voto de desempate do governo ficariam isentas da multa, pagando apenas a dívida principal e os juros. Caso a empresa pague o débito em até 90 dias, os juros também serão cancelados.

A dívida principal poderá ser dividida em até 12 parcelas, com as empresas abatendo prejuízos de anos anteriores, por meio de créditos da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ). Caso o contribuinte recorra à Justiça, volta a cobrança de multa e de juros..

Foto: Zeca Ribeiro/ Câmara dos Deputados



Lula na 17ª reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial

“Vamos derrotar o financeirismo e abrir caminho para o desenvolvimentismo”, diz Lula no Conselho Industrial (CNDI)

“Acabou essa história de que o Estado tem que ser mínimo. O Estado tem que ser o necessário para garantir o desenvolvimento do país”, afirmou

Em um vibrante discurso na 17ª reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), nesta quinta-feira (6), o presidente Lula criticou a financeirização do país e garantiu que o governo vai garantir que o BNDES tenha os recursos necessários para garantir a reindustrialização do país.

“Acabou essa história de que o Estado tem que ser mínimo. O Estado tem que ser o necessário para garantir o desenvolvimento do país”, disse Lula. “O Brasil precisa dos dois, do Estado e da iniciativa privada, para se desenvolver”, acrescentou o presidente. “Quando tivemos a crise de 2008, foi o Estado que salvou, quando tivemos a pandemia, foi o Estado que garantiu que não fosse pior ainda do que já foi. De repente apareceram 5 trilhões de dólares nos Estados Unidos, a Europa, mais 700 bilhões de euros”, argumentou.

“Da parte do governo, ninguém vai poder se queixar que o governo está atrapalhando. Se for votada a reforma tributária hoje, será a primeira vez que foi feita uma reforma tributária num governo democrático. Estamos negociando com todo mundo”, lembrou Lula, afirmando que as reformas tributárias só foram feitas em regimes autoritários.

“Vamos para de reclamar e começar a fazer as coisas”, apontou o presidente. “Eu digo todo dia, a única coisa impossível é Deus pecar. O resto a gente pode tudo”, prosseguiu. “E esse país pode muito”, destacou. “Dentro da transição energética, por exemplo, nenhum país do mundo tem sequer condições de falar grosso com a gente”, salientou Lula. “Não adianta vir Alemanha querer dar palpite na energia da energia limpa do Brasil, nem França, não. Eles não sabem. Nós temos mais o que eles naquilo que eles quiserem e temos muito mais oportunidade do que eles”, acrescentou o presidente.

“Precisamos fazer uma nova revolução industrial e está em nossas mãos fazer isso”. destacou Lula. “Da parte do governo nós vamos criar as condições”, garantiu. O Mercadante vai parar de reclamar porque nós vamos ter que colocar dinheiro no BNDES. O ministro Haddad sabe que nós temos que aportar recursos para o BNDES funcionar. E esse dinheiro tem que circular.

“Muito dinheiro na mão de poucos, significa miséria, fome, prostituição, que é o que nós vemos nos países pobres. Agora pouco dinheiro na mão de muitos, significa menos pobreza, significa mais poder de consumo, significa melhorar a vida da sociedade, que é o que nós precisamos fazer”, disse Lula.

“Se o estado tem capacidade de endividamento e as prefeituras também, por que não emprestar? Por que o Estado faz o papel de bandido?” “Por que se tomou quase R\$ 600 bilhões de volta do BNDES que, ao invés de investir, devolveu para o Tesouro, para o Tesouro fazer o que?”, indagou Lula. O que foi feito com todo o dinheiro que deixou de ser investido nesse país? Nós temos três anos e meio. O Alckmin e eu não temos tempo a perder. Eu não voltei para fazer o mesmo que eu já fiz. Nós voltamos para fazer as coisas diferentes”, prosseguiu o presidente.

“E fazer a revolução industrial nesse país, para sermos competitivos de verdade, a hora é agora”, afirmou Lula. “Vamos ter que investir na indústria de gás. Precisa parar com essa discussão que o país não pode ter gás. Pode ter gás. O país pode ter o que ele quiser, é só ele querer. O Brasil pode voltar a ter a indústria que ele quiser. Basta que a gente tome a decisão. Qual é o tipo de indústria que nós queremos? Nós queremos uma indústria de papel de qualidade ou queremos só produzir papel e celulose para expotação?”, indagou.

“Nós temos que fazer as ferrovias que nós temos que fazer, as rodovias que nós temos que fazer, os navios que nós temos que fazer. Esse país tem que voltar a decidir ser grande. Temos que acabar com a bobagem da discussão se o Estado tem que ser grande ou pequeno. O Estado tem que ter capacidade de dirigir e induzir o crescimento econômico do país. E nós temos que formar profissionais mais qualificados se a gente quiser voltar a ser um país verdadeiramente industrializado”, apontou Lula.

Leia mais no site do HP: <https://horadopovo.com.br/vamos-derrotar-o-financeirismo-e-abrir-caminho-para-o-desenvolvimentismo-diz-lula/>

Com essas medidas que nós já tomamos até agora, o dinheiro está



Deputado federal, vice-líder do governo

“Política do BC somente é boa para quem vive na especulação financeira”, afirma Renildo Calheiros

O vice-líder do governo na Câmara, deputado Renildo Calheiros (PCdoB-PE), denunciou a política nefasta de juros altos praticadas pelo Banco Central e cobrou, em seu Twitter nesta sexta-feira (7), a redução imediata da taxa Selic.

“Nós precisamos de mais crescimento. Precisamos de juros mais baixos”, disse ele, ao pedir que o Senado tome providências em relação à insistência do presidente do Banco Central em sabotar a economia.

“Quando as pessoas compram menos, as fábricas produzem menos, gera menos emprego e menos renda na medida em que a economia não vende. Então, a política do Banco Central só é boa para quem vive na especulação financeira, para quem ganha com juros altos, mas é ruim para os trabalhadores, é ruim para a população e é ruim para o setor produtivo do país. Só quem ganha são os bancos”, apontou o parlamentar.

Renildo, juntamente com lideranças de nove partidos políticos, esteve na quinta-feira (6) com o presidente do Senado para solicitar providências da câmara alta em relação à teimosia de Roberto Campos Neto de manter juros extorsivos quando a inflação está em queda. Para muitos economistas e integrantes do governo, os juros reais estão subindo, já que a inflação está em queda e Campos Neto mantém juros nominais em 13,75%.

“Esses juros altos têm afastado as pessoas do comércio. Quando o comércio enfraquece, porque as coisas estão muito caras, o financiamento está muito caro, isso diminui a atividade comercial que impacta todos os setores, inclusive a indústria”, argumentou o deputado.

O vice-líder explicou que o documento foi entregue ao presidente do Senado, pois é a Casa responsável pelo acompanhamento do desempenho do Banco Central. A Lei de Autonomia do BC prevê que o presidente do órgão deve apresentar no Senado a cada seis meses “em arguição pública relatório de inflação e relatório de estabilidade financeira, explicando as decisões tomadas no semestre anterior”.

“Há uma movimentação intensa no Parlamento e na sociedade brasileira buscando que os juros baixem no Brasil. Nós temos a mais alta taxa de juros do mundo e isso tem sido um entrave para o crescimento da nossa economia. Então, esse é mais um movimento que nós fizemos, porque cabe ao Senado Federal acompanhar o desempenho do Banco Central e se ele está cumprindo as prerrogativas que lhe cabem, as funções que lhe cabem, aquilo que está estabelecido como meta para o Banco Central”, explicou Renildo.

“Precisamos de juros mais baixos o mais rapidamente possível. Para isso ajudar que a economia brasileira e o país possa se desenvolver. Essa vinda do presidente do BC ao Senado é uma oportunidade de ele explicar porque o Brasil tem as mais altas taxas de juros do mundo”, destacou o deputado.

A comitiva que foi pedir providências ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), contou com a presença de líderes partidários do MDB, PSD, PCdoB, PT, PV, PSol, PSB, PDT e Rede. Eles entregaram ao presidente do Senado, um pedido de apuração sobre a política monetária do Banco Central.

Presidente do PSol quer ‘pressão imediata’ contra juros altos e a demissão de Campos Neto

Depois da repercussão da nota do “Fórum dos Partidos Progressistas” para que investigue a política monetária adotada pelo Banco Central sob o comando de Roberto Campos Neto, que insiste em manter, sem explicação convincente, a taxa básica de juros Selic em 13,75%, a pressão pela redução dos juros continua.

O presidente do PSol, Juliano Medeiros, em entrevista ao HP, afirmou que é preciso “pressão imediata” para que o juro Selic inicie a redução. “Não há mais justificativa plausível para a manutenção da Selic nos patamares que se encontra atualmente”, acrescentou.

INVESTIGAÇÃO SOBRE O BC
Segundo Medeiros, é preciso que o Senado Federal “abra investigação” sobre o Banco Central. E o Senado que ratifica ou não a indicação do presidente da República para ocupar a direção da autoridade monetária.

O pedido é para que o Senado, conforme previsto na lei que deu autonomia ao BC, apure “a possível motivação viciada e vício de finalidade” na manutenção da taxa de juros em 13,75%.

E ainda “eventuais responsabilidades” de Campos Neto “no que se refere à demora e ao não cumprimento adequado e tempestivo do controle da inflação, do emprego e desenvolvimento econômico e social”.

OBJETO DA AUTONOMIA DO BC
Os juros Selic atuais colidem com os pressupostos do objeto da autonomia do Banco Central, segundo a LC (Lei Complementar) 179/21, aprovada pelo Congresso e sancionada pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL), que alterou trechos da Lei 4.595/64, que ordena o sistema financeiro nacional.

M. V.

Lula: ‘floresta não pode ser vista só como um santuário ecológico’



Reprodução

Presidente Lula ao lado do líder da Colômbia, Gustavo Petro

“Vamos unir nossos países para extirpar a biopirataria da Amazônia”, defende Lula

O presidente Lula discursou neste sábado (8), no encerramento da reunião técnico-científica da Amazônia, em Letícia, na Colômbia. Como já havíamos adiantado, o líder brasileiro fez duras críticas aos países desenvolvidos por não cumprirem com suas obrigações e fazerem cobranças indevidas.

“Vamos ter de exigir, juntos, que os países ricos cumpram seus compromissos, incluindo a promessa feita em Copenhague, em 2009, de 100 bilhões de dólares por ano para a ação climática”, afirmou o presidente, acrescentando que “afinal, foram eles que emitiram historicamente a maior parte dos gases do efeito estufa”.

“Quem tem as maiores reservas florestais e a maior biodiversidade merece maior representatividade”, defendeu. “É inexplicável que mecanismos internacionais de financiamento como o Fundo Global para o Meio Ambiente, que nasceu no Banco Mundial, reproduzam a lógica excludente das instituições de Breton Woods”, prosseguiu Lula.

Moraes mantém preso chefe de operações da PM-DF que “operou” pró-golpe em 8 de janeiro

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes rejeitou um pedido para revogar a prisão preventiva do ex-chefe do Departamento de Operações da Polícia Militar do Distrito Federal Jorge Eduardo Naime Barreto, que está preso desde fevereiro por conspiração na tentativa de golpe e nos atentados terroristas de 8 de janeiro.

A PF (Polícia Federal) prendeu o ex-chefe do DOP da PM-DF no dia 7 de fevereiro pela manhã. O militar era responsável pela corporação no dia dos ataques golpistas de apoiadores de Jair Bolsonaro (PL) à Praça dos Três Poderes. Ele é acusado de ter facilitado a ação dos terroristas que invadiram e destruíram as sedes dos Três Poderes, em Brasília.

Em seu primeiro depoimento Naime repetiu o discurso bolsonarista tentando culpar o governo Lula pelo ocorrido. “Se todo mundo sabia, por que os prédios não estavam guarnecidos?”, indagou o depoente. “Houve uma falha. Não consigo dizer qual, mas houve. Mas a facilidade com que os manifestantes entraram nos prédios (da Praça dos Três Poderes) foi impressionante”, acrescentou o militar. Só que era ele o responsável pelas operações da PM-DF que tinha como função impedir a invasão.

Ao invés de explicar porque ele não tomou as

Ele lembrou que “Brasil, Colômbia e Equador são obrigados a dividir uma cadeia do conselho do fundo, enquanto países desenvolvidos como Estados Unidos, Canadá, França, Alemanha, Itália e Suécia ocupam cada um uma cadeira”. “Esta é mais uma evidência de que a governança global precisa mudar e ser reformada. Em outros fóruns nossa visão precisa ser levada em conta”, destacou.

Depois de falar dos diversos problemas de segurança e de combate ao crime organizado, o tráfico de drogas, o garimpo ilegal e a grilagem de terras públicas, Lula falou do roubo de biofármacos. “Precisamos proteger a propriedade intelectual e prevenir a biopirataria na Amazônia, desenvolvendo e aproximando nossos sistemas nacionais de uso do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais”, salientou.

Lula salientou as medidas tomadas por seu governo para reduzir o desmatamento. “No Brasil, aprendemos a importância de articular diferentes setores em torno de um obje-

tivo comum. Graças ao Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, reduzimos o desmatamento em 83% entre 2004 e 2012. E conseguimos isso ao mesmo tempo que aumentamos a produtividade agrícola na região”, disse ele.

“Relançamos o Plano em janeiro deste ano e já podemos ver seus resultados. Os alertas de desmatamento na Amazônia tiveram uma redução de 33,6% neste primeiro semestre”, informou. “Meu governo vai zerar o desmatamento ilegal até 2030. Esse é um compromisso que os países amazônicos podem assumir juntos na Cúpula de Belém”, afirmou Lula.

Ele apontou “muitas outras áreas em que podemos cooperar”. “É imprescindível combater a fome na região amazônica. Em todos os nossos países, esses territórios têm maiores índices de insegurança alimentar”, denunciou. “Na saúde, podemos desenvolver ações conjuntas, como medidas para assegurar o acesso a vacinas, medicamentos e atendimento médico”, defendeu o presidente.

um pedido da defesa de Naime, que argumentou à Corte que não estão mais presentes os requisitos para manter o militar detido. Os advogados declararam que ele não era o responsável pelo planejamento da operação de segurança no dia 8 de janeiro e que estava afastado das funções nos dias anteriores, de licença. Pontuou também que, mesmo afastado das funções, foi ao local das manifestações e atuou para conter os vândalos.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) também defendeu a manutenção da prisão, por considerar que há um risco concreto de que, em liberdade, ele “comprometa a lisura das investigações, colheita de provas”. Moraes concluiu que, em liberdade, Naime poderia trazer obstáculos à produção de provas.

“Efetivamente, além da materialidade e dos indícios de autoria, há necessidade de manutenção da custódia cautelar por conveniência da instrução criminal, pois não se vislumbra qualquer fato novo que possa macular os requisitos e fundamentos da decisão que decretou a prisão preventiva do investigado, mantendo-se inalterado o estado das coisas”, afirmou o ministro. Em outras duas ocasiões – em março e em maio – o ministro já tinha decidido pela manutenção da prisão do militar.

“A transição energética não pode servir de fachada para um neocolonialismo”, disse, em reunião dos países amazônicos

O presidente Lula deixou claro na reunião dos países amazônicos em Letícia, na Colômbia, no sábado (8), que as potências econômicas, que mais poluem o planeta, não têm autoridade para cobrar ou ameaçar os países como o Brasil e outros, que mantêm cuidadas as suas florestas.

Ele destacou que a floresta tropical “não pode ser vista apenas como um santuário ecológico” e que o mundo precisa se preocupar com o “direito de viver bem dos habitantes da Amazônia”.

“[A transição] Não pode se basear na exploração predatória de recursos naturais, como minerais críticos, nem justificar novos protecionismos. Em suma, não pode servir de fachada para um neocolonialismo. A descarbonização não deve aprofundar as desigualdades entre os países, reeditando a relação de dependência entre centro e periferia”, acrescentou o presidente.

O que eles devem fazer, segundo Lula, é parar de pressionar de forma arrogante e desrespeitosa os países que têm floresta e aportar US\$ 100 bilhões por ano para ajudar a combater a destruição do planeta, decididos em Copenhague na década de 90, e que até agora não foram desembolsados.

O governo brasileiro não só criticou os poluidores por não aportarem os recursos, como apontou que eles controlam de maneira excludente as instituições internacionais sobre o tema. “Quem tem as maiores reservas florestais e a maior biodiversidade merece maior representatividade”, defendeu. “É inexplicável que mecanismos internacionais de financiamento como o Fundo Global para o Meio Ambiente, que nasceu no Banco Mundial, reproduzam a lógica excludente das instituições de Breton Woods”, prosseguiu Lula.

Sobre os compromissos assumidos, o governo brasileiro não tergiversou sobre a meta de desmatamento zero até 2030. “Relançamos o Plano em janeiro deste ano e já podemos ver seus resultados. Os alertas de desmatamento na Amazônia tiveram uma redução de 33,6% neste primeiro semestre”, informou. “Meu governo vai zerar o desmatamento ilegal até 2030. Esse é um compromisso que os países amazônicos podem assumir juntos na Cúpula de Belém”, afirmou o presidente.

Lula não embarcou na ideia defendida pelo presidente da Colômbia, Gustavo Petro, de que não se deve explorar petróleo na região amazônica. Influenciado pelas posições de George Soros e os organizadores do Fórum Econômico de Davos, defensores da transição energética a toque de caixa, Petro queria um compromisso do Brasil de não investir na exploração de petróleo na Margem Equatorial do país, a 500 km de distância da costa.

O Brasil não assumiu esse compromisso. O Planalto está estudando seriamente a exploração desta região e tem como garantia para o sucesso da empreitada a excelência de uma tecnologia altamente desenvolvida e segura da Petrobrás. O governo está estudando a solicitação da estatal de autorização para pesquisar a potencialidade da região.

O Brasil está ciente de que o mundo caminha para uma transição energética e para uma economia descarbonizada, mas não está pretendendo prejudicar o seu crescimento econômico e a sua reindustrialização abraçando “orientações” açodadas que as potências econômicas dão para os países em desenvolvimento, mas que elas mesmas não seguem.

Como o próprio presidente Lula tem dito, 87% da matriz energética do Brasil é limpa. O ritmo de transição energética, portanto, não urge que seja tão apressado no Brasil quanto querem os países altamente poluidores do planeta.

Além disso, há uma grande discussão no mundo sobre o ritmo, a viabilidade econômica e os custos de uma transição energética. Países que se apressaram, como a Alemanha, estão tendo grandes prejuízos econômicos e sociais e estão tendo que importar gás do EUA e a retornar para o uso de carvão.

Há especialistas, e até membros do governo brasileiro, que defendem o uso dos recursos do petróleo extraído no Brasil e vendido no exterior para, entre outras coisas, financiar as pesquisas sobre uma transição energética segura. Uma das medidas apontadas como sendo fundamental neste sentido é a reestatização

da Eletrobrás. A empresa, voltando a ser pública, junto com a Petrobrás, e sem a ganância dos lucros máximos a todo custo de seus açambarcadores, pode ajudar muito o país a garantir uma transição energética segura.

Reforçando que sua visão não é a mesma das pessoas que acham que preservação significa manter a Amazônia intocável, Lula não só defendeu as atividades econômicas na região, como propôs mecanismos comuns de combate à biopirataria, que muitas vezes é estimulada pelas grandes potências. “Precisamos proteger a propriedade intelectual e prevenir a biopirataria na Amazônia, desenvolvendo e aproximando nossos sistemas nacionais de uso do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais”, salientou Lula.

A tese de uma transição energética açodada foi lançada em 2020 por um grupo de bilionários que anualmente organiza um convésco na cidade de Davos, na Suíça. O argumento desse grupo “desinteressado” é que o planeta está atualmente com muita gente – muita gente pobre – e a economia mundial precisa, segundo eles, fazer uma espécie de “reset”, ou como eles chamam, “o grande reinício”, para resolver esse “problema”.

Klaus Schwab, organizador de Davos, explicou a ideia que norteia o grupo em um artigo que acompanhou o lançamento: “A pandemia representa uma rara estreita janela de oportunidade para refletir, reimaginar e redefinir nosso mundo para criar um futuro mais saudável, justo e próspero.” A essência da questão está na “nazi-ideia” de que, se não há bens para todos no planeta, há que se eliminar o “excesso humano”.

Schwab fala principalmente sobre o fim dos subsídios aos combustíveis fósseis. Mas o escopo das ideias é enorme – cobrindo tecnologia, mudança climática, o futuro do trabalho, segurança internacional e outros temas – e é difícil ver precisamente o que o Great Reset significa na prática.

A ideia é simples. Parar de financiar a exploração de petróleo em vários países. Ou seja, apressar a transição energética, sem que toda a Humanidade esteja preparada para ela. É evidente que o resultado disso será um grande “reset” social e econômico. Uma verdadeira hecatombe.

Para agradar incautos, ele fala também num hipotético e futuro “imposto sobre a riqueza”. Os grandes propagandistas da ideia são dois órgãos, um administrado por George Soros, a Open Society Foundations (OSF), e o outro, o BlackRock, o maior fundo especulativo mundial, que gerencia US\$ 10 trilhões.

A “genialidade” da iniciativa está no fato de que a eliminação do “excesso humano” do planeta seria feita sem precisar de uma guerra mundial, como convencionalmente eles costumam fazer para “superar” esse tipo de “problema”.

Os magnatas manipulam justas preocupações de diversos setores da Humanidade com a defesa do planeta e de uma vida saudável para defender ideias que podiam perfeitamente estar – se é que não estão – no Mein Kampf.

A ideia foi lançada em junho de 2020, pelo Príncipe de Gales e pelo chefe do Fórum Econômico Mundial, de Davos, Klaus Schwab. Eles apresentaram a iniciativa pedindo que a pandemia fosse vista como uma chance para o que eles chamaram de Great Reset da economia global.

Um vídeo de lançamento da ideia, feito pelos bilionários, que mostram-se muito preocupados com o planeta, intercalava imagens de um mundo em caos – uma baleia morta, um furacão, um canguru em um incêndio – com um discurso do príncipe Charles. “Temos uma oportunidade incrível de criar indústrias sustentáveis inteiramente novas”, disse o príncipe. “A hora de agir é agora”, conclamava o Príncipe de Gales.

A posição firme de Lula contra o desmatamento e se comprometendo com o desmatamento zero em 2030, pelo fim da biopirataria e pela busca de uma vida digna para os cerca de 50 milhões de moradores da região amazônica, sem se comprometer com a visão açodada sobre a interrupção precipitada da exploração de combustíveis fósseis, inclusive na margem equatorial, mostra que o governo brasileiro agiu de forma madura e séria não pretendo abrir mão de seu desenvolvimento econômico e social e, portanto, de seu futuro.

SÉRGIO CRUZ

Ciência e Tecnologia anuncia investimento de R\$ 41 bilhões

Representante do ministério afirma que recursos serão fundamentais para a nova política industrial brasileira e alerta que investimentos podem ficar comprometidos pela política de juros altos do BC

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) anunciou que irá investir R\$ 41 bilhões nos próximos quatro anos na nova política industrial do país. Os recursos, operados pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), são do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e serão investidos na forma de crédito e subvenção econômica em instrumentos de estímulo à inovação nas empresas.

Ao participar da primeira reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), na quinta-feira (6), no Palácio do Planalto, o secretário-executivo do MCTI, Luís Fernandes, representando a ministra Luciana Santos no evento, afirmou que “o esforço que estamos empreendendo agora para promover uma nova industrialização no Brasil deve incorporar um forte componente de estímulo e apoio à inovação empresarial como um dos pilares, talvez o pilar central, desse esforço”.

Luís explicou que os investimentos para apoiar e estimular a inovação nas empresas serão divididos em recursos reembolsáveis (R\$ 25 bilhões) e não reembolsáveis

(R\$ 16 bilhões). Neste caso, os recursos de subvenção econômica contemplam parcerias entre Instituições de Ciência e Tecnologia, universidades e empresas para o desenvolvimento de tecnologia e apoio à inovação.

“Nós só podemos fazer esse aporte graças à decisão do presidente Lula em recompor em tempo recorde e integralmente os recursos do FNDCT que foi criminosamente contingenciado no governo anterior. Também em tempo recorde o presidente viabilizou que nós pudessemos captar no FNDCT à taxa TR. Assim, podemos oferecer crédito em condições competitivas para a inovação nas empresas”, explicou o secretário Luís Fernandes.

Contudo, o secretário chamou a atenção para a necessidade de se reduzir a taxa básica de juros. Para Fernandes, caso a taxa se mantenha no patamar atual de 13,75%, os resultados dos investimentos na nova política industrial podem ficar comprometidos. “Temos um problema central a ser enfrentado ou esses nossos estímulos não serão eficientes na promoção e sustentação na indústria nacional”.

Desmatamento na Amazônia cai 33%, mas segue em alta no Cerrado, segundo o Inpe

Segundo os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) na última quinta-feira (6), o número de alertas de desmatamento na Amazônia Legal caiu 33,6% no primeiro semestre de 2023 em relação ao mesmo período do ano passado. Os dados divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) mostram que esta é a terceira menor marca desde 2015, quando iniciou o monitoramento das áreas.

A área desmatada entre janeiro e junho deste ano também é cerca de 33% menor que o registrado durante os mesmos meses no ano passado. Mato Grosso registrou o principal aumento de área desmatada no período, com um total de 905 km².

Em junho, o Inpe registrou uma queda de 41% em comparação com junho do ano passado: 663 km² de área desmatada, contra 1.120 km² em 2022.

Os dados foram captados pelo Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter). A plataforma envia alertas diários de alteração na cobertura florestal para áreas maiores que três hectares.

Entre janeiro e junho de 2023, o bioma perdeu 2.649 km² de vegetação, o equivalente a duas vezes a cidade do Rio de Janeiro. Apesar de expressiva, a cifra foi comemorada. Esta é a primeira vez desde 2017 que o número cai.

Segundo o secretário-executivo do MMA, João Paulo Capobianco, a queda é resultado dos esforços coletivos do novo governo em enfrentar o problema, negligenciado e até estimulado durante a gestão federal anterior.

“Esse número significa dizer que o esforço de reverter a curva de crescimento foi atingido. Isso é um fato, nós revertermos, o desmatamento não está em alta”, comemorou.

De acordo com Capobianco, no entanto, essa tendência de queda ainda precisa mostrar sua força no mês atual. “Esperamos que em julho a gente repita esse êxito”, disse.

A importância dada por Capobianco ao mês de julho justifica-se pelo fato de que a taxa anual de desmatamento na Amazônia é medida sempre de 1º de agosto de um ano até 31 de julho do ano seguinte.

Isto é, os dados que foram registrados em agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2022 representam a “heran-

ça” deixada por Bolsonaro. De janeiro a julho eles já serão um reflexo das medidas adotadas pelo atual governo.

“Se nós vamos conseguir uma redução nesse [primeiro] semestre que ‘compense’ a herança do semestre do governo anterior e ter uma taxa [anual] este ano menor do que o ano anterior, nós não sabemos. Mas nós atingimos o primeiro objetivo fundamental que foi reverter a tendência de alta”, disse.

Os números alcançados pelo governo Lula não foram comemorados somente por membros da administração federal. Após a divulgação dos dados, diferentes organizações da sociedade civil se manifestaram em entrevista ao Portal O Eco.

Para Márcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima, os resultados são fruto dos esforços implementados.

“Aos poucos, o governo está retomando a fiscalização e a governança na Amazônia. Temos um presidente que fala em proteger a floresta e seus povos. Ou seja, o governo voltou a agir, a aplicar a lei, a proteger essa riqueza única que é a Amazônia. Foi isso que mudou, é isso que está fazendo os números de desmatamento diminuírem”, disse.

CERRADO

O MMA anunciou que vai começar a embargar remotamente áreas desmatadas ilegalmente no Cerrado, como uma das medidas para conter a alta no desmatamento no bioma.

A análise de imagens de satélite para realização de embargo foi adotada entre 2016 e 2018, mas interrompida durante o governo Bolsonaro. Com a chegada de Lula ao poder, a ferramenta voltou a ser utilizada, mas, até então, com prioridade para a Amazônia.

Em coletiva, o Secretário Extraordinário de Controle de Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial no MMA, André Lima, informou que serão embargadas desta maneira áreas com desmatamento ilegal acima de 0,5 km² (50 hectares). A média para o bioma é de 5 km² (500 hectares).

De acordo com números apresentados pelo governo durante a coletiva, entre janeiro e junho de 2023, o Cerrado perdeu 4.407 km² de vegetação nativa, área equivalente à cidade de Cuiabá, a oitava maior capital do país em termos territoriais.



Primeira reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial



“Vimos, na pandemia de Covid-19, o peso que tem essa questão”

Nísia Trindade defende superar dependência e retomar o complexo industrial da Saúde

Nesta quinta-feira (6), a ministra da Saúde, Nísia Trindade, defendeu a retomada do complexo econômico-industrial da saúde para reduzir o que chamou de vulnerabilidade do país frente aos grandes desafios que se colocam. A fala veio em decorrência do resultado das agendas construídas na 17ª Conferência Nacional de Saúde (CNS).

“Vimos, na pandemia de Covid-19, o peso que tem essa questão, a vulnerabilidade da vida, não só uma vulnerabilidade econômica”, disse.

Em declaração durante a reunião de lançamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), no Palácio do Planalto, Nísia defendeu

também a convergência da política pública na área da saúde e da política industrial, visando ao acesso universal com qualidade, do Sistema Único de Saúde (SUS).

“A vulnerabilidade do nosso país na área da saúde, pensando o conjunto, medicamentos, vacinas e equipamentos médicos, no ano de 2022, foi de US\$ 23 bilhões. Se trata de uma grande dependência. É a segunda maior dependência do ponto de vista setorial do Brasil”, disse, ao citar que o país é dependente de 90% dos chamados insumos farmacêuticos ativos.

Também, durante a reunião, a ministra destacou a elaboração de um programa de preparação para emergências sanitá-

rias, incluindo a capacidade de produção local de insumos em saúde.

“Basta lembrar que nós não tínhamos disponíveis máscaras adequadas, respiradores, naquele momento fatal, em que perdemos mais de 700 mil vidas”, disse.

“Essa retomada da política industrial e do complexo econômico-industrial da saúde é uma oportunidade estratégica para o Brasil, tanto para garantir a saúde como um vetor de desenvolvimento, como também pensando no papel internacional do nosso país. Isso tem sido tema constante”, continuou, ao citar a participação brasileira em blocos como G20, Mercosul e Brics.

Governo Ratinho Jr. torrou R\$ 4 bilhões para tentar privatizar a estatal de energia Copel

A privatização da Copel, que ainda não aconteceu e está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal (STF), já custou pelo menos R\$ 4 bilhões aos cofres paranaenses e pra piorar, esse valor é o máximo que o Paraná espera receber com a venda da companhia para o setor privado.

Os R\$ 4 bilhões inclui os contratos de serviços relacionados à transação, que foram publicados no Portal da Transparência e divulgados pelo **Jornal Plural**. Além disso, parte do dinheiro foi reservada para um Programa de Demissão Voluntária (PDV), no valor de R\$ 300 milhões, e também foram pagos R\$ 3,7 bilhões para renovar antecipadamente as licenças das principais usinas da empresa, devido às mudanças no modelo da companhia para facilitar a privatização.

Fontes afirmaram ao jornal Plural que não é possível chegar ao valor de fato dos custos, considerando a confidencialidade adotada pela empresa em muitos dos atos praticados no âmbito do processo. A contratação recente do sindicato das instituições financeiras para coordenar a privatização, por exemplo, não teve os custos divulgados. O acordo envolve nomes

grandes do mercado – como os bancos Itaú, Bradesco e BTG Pactual –, o que sugeriria empenhos de ordem bastante considerável.

Mas entre os valores tornados públicos até agora, a renovação da outorga das usinas Salto Caxias, Foz do Areia e Segredo segue sendo a fatia mais representativa dos gastos.

A Copel pagou R\$ 3,7 bilhões para se manter responsável pelas hidrelétricas que formam o conjunto mais atrativo da geração de energia. Esse conjunto é o responsável por aproximadamente 70% de toda a capacidade instalada da elétrica paranaense. O governo paranaense desembolsou esse dinheiro para garantir que esse conjunto permaneça sob controle estatal mesmo após a privatização.

A direção da empresa comunicou ainda em dezembro do ano passado a intenção de antecipar a renovação para manter o controle sobre as plantas mesmo após a privatização, ainda que o vencimento de uma delas (Foz do Areia) só estivesse previsto para 2024, e as demais para 2032 e 2033.

Se o cronograma da privatização seguir o ritmo pretendido pela gestão do governador Ratinho Jr., as ações da Copel devem ir a leilão em

outubro. O estado deixará de ter 31,1% da empresa para ter no máximo 15%, além de encolher de 69,7% para 10% a participação do governo nas ações ordinárias da estatal, aquelas que garantem direito a voto nas assembleias.

Inicialmente, esperava-se arrecadar R\$ 3 bilhões com a venda da Copel, o que é menos da metade do lucro total da empresa em 2022. No entanto, há também a possibilidade de que a arrecadação alcance os R\$ 4 bilhões. Para garantir isso, a Copel está empenhada em facilitar o processo de privatização.

Como parte desse processo, estima-se que a decisão de tornar a empresa mais enxuta e atrativa pro setor privado, custará pelo menos R\$ 300 milhões ao governo. A empresa de energia elétrica se comprometeu a lançar um novo programa de demissão em 2023, com os desligamentos programados para ocorrerem um ano após a transição para um modelo sem acionista controlador. Nos próximos quatro anos após a privatização, juntamente com outros programas de demissão intencionalmente subseqüentes, a empresa espera reduzir sua força de trabalho em 10% em comparação ao quadro atual de funcionários.



Investimento é de R\$ 4 bilhões para escolas entre 2023 e 2024

Câmara aprova PL que cria 1 milhão de novas vagas em Escolas de Tempo Integral

A Câmara dos Deputados aprovou nesta segunda-feira (3) o projeto de lei que cria o programa Escola em Tempo Integral. A proposta prevê investimento de R\$ 2 bilhões em assistência financeira para as escolas em 2023 e 2024. O programa será coordenado pelo Ministério da Educação e contará com a ampliação para 1 milhão de vagas na modalidade de ensino em todo o país.

O projeto aprovado na Câmara é o substitutivo do relator, deputado Mendonça Filho (União-PE), ao projeto de lei proposto pelo governo federal. O texto agora será enviado ao Senado.

O programa prevê que os estudantes fiquem na escola ou em atividades escolares durante ao menos sete horas diárias ou 35 horas semanais, em dois turnos. Segundo o ministro da Educação, Camilo Santana, a meta inicial é viabilizar um milhão de novas matrículas e ampliar para 25% o percentual nacional de estudantes em tempo integral.

“A escola em tempo integral vai estar toda conectada com o que há de mais moderno, tecnologicamente, para o aluno e para o professor. A escola vai ter o apoio da comunidade, porque a escola de tempo integral não é só para aumentar o tempo. É para acolher as pessoas. Acolher bem o aluno. É para dar oportunidade e valorizar o professor”, disse o ministro ao celebrar a aprovação do texto.

PRIORIDADE

O texto aprovado determina que as novas matrículas por meio do programa sejam realizadas em escolas com propostas pedagógicas alinhadas à BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e à LDO (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Além de determinar prioridade para escolas que atendam estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Os recursos serão repassados a estados e municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, por meio de uma conta corrente específica. Não haverá necessidade de convênio, acordo, contrato ou ajuste para que o recurso chegue às escolas. As escolas deverão prestar contas pelo recurso recebido e isso será feito tendo como referência de comprovação, o Censo Escolar, pelo cumprimento das metas de criação de novas matrículas em tempo integral.

De acordo com o texto aprovado, a verba deverá ser aplicada exclusivamente em despesas para a manutenção e o desenvolvimento do ensino. Não será permitido o uso desses recursos para pagamento de servidores aposentados.

Segundo o texto, o MEC fomentará a expansão de matrículas considerando a proporção já existente de matrículas em tempo integral na rede pública do ente, as necessidades de atingimento da respectiva meta do Plano Nacional da Educação (PNE) e a disponibilidade de recursos para o programa.

O cálculo do valor da ajuda por matrícula considerará o número de novas matrículas em tempo integral em relação ao computado no Censo Escolar e o parâmetro utilizado pelo Fundeb para alocar recursos. Um ato do MEC regulamentará esses cálculos.

No caso da indução às matrículas do Ensino Médio articulado à educação profissional técnica, o cálculo do valor individual do fomento levará em conta a sistemática e os parâmetros da bolsa-formação estudante, prevista na [Lei 12.513/11](#).

Os recursos repassados deverão ser aplicados exclusivamente em despesas para a manutenção e o desenvolvimento do ensino, vedado o pagamento de inativos.

De acordo com a LDB estão entre os tipos de gastos que se enquadram nesse conceito a remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação; aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino; levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas para aprimorar a qualidade e a expansão do ensino; concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas; e a compra de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Sobre a assistência técnica, o projeto especifica ações que serão adotadas, como aprimoramento da eficiência na alocação dos recursos nas redes; orientação pedagógica para a educação integral em tempo integral; diversificação de materiais pedagógicos; e criação de indicadores de avaliação contínua.

Outro tema que está no projeto aprovado é o acesso à internet de banda larga nas escolas. O texto inclui a possibilidade de aplicação dos recursos com prioridade para escolas com alunos que fazem parte de famílias do CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais) e para escolas em comunidades indígenas e quilombolas.



Governo Federal irá pagar piso nacional da enfermagem retroativo a maio, afirma Lula

O presidente Lula afirmou, nesta quarta-feira (5), que o governo vai pagar o piso nacional da enfermagem, com retroativo desde maio. O presidente fez o anúncio durante discurso na 17ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília.

“Tem gente que acha que o salário de uma enfermeira, de R\$ 4 mil e pouco, é caro. Mas é preciso que a gente avalie efetivamente o valor do trabalho por aquilo que ele representa na nossa vida. Quem leva as pessoas para tomar banho, quem vai limpar as pessoas, dá comida, aplica injeção, mede pressão é exatamente o pessoal de baixo que trabalha. E, por isso, esse pessoal tem que ser valorizado. E, por isso, a ministra Nísia tomou a decisão: vai pagar o piso e mais o atrasado desde maio e mais o décimo terceiro”, afirmou Lula.

“As pessoas se esquecem que, quando a gente vai para o hospital, o médico dá a consulta, dá o remédio, faz a cirurgia, mas quem cuida da gente o resto do dia é exatamente o pessoal da enfermagem. E esse trabalho não pode ser considerado menor”, declarou Lula no evento em Brasília.

Na semana passada, o STF decidiu que o piso nacional da enfermagem deve ser pago aos trabalhadores do setor público pelos estados e municípios, com previsão de repasses federais. No setor privado, o piso será imposto nos casos em que não houver convenção coletiva. A Lei 14.434, de 2022, aprovada pelo Congresso define o piso de R\$ 4.750 para os enfermeiros e determina que os técnicos da categoria recebam 70% desse valor (R\$ 3.325) e auxiliares e parateiras, 50% (R\$ 2.375).

Após o evento, a ministra Nísia confirmou que o governo federal fará repasses já considerando o retroativo de maio, os pagamentos entre junho e dezembro, e o pagamento do 13º salário.

Lula ressaltou o papel essencial dos profissionais de saúde durante a pandemia, evitando que o Brasil chegasse a um milhão de mortos pela covid-19. O presidente também condenou o negacionismo e a sabotagem aos esforços de combate à pandemia, e afirmou que Bolsonaro deverá ser responsabilizado por parte das mortes ocorridas durante a crise sanitária.



Metalúrgicos de Caxias do Sul rejeitam 4,74% de reajuste e entram em greve

Os metalúrgicos de Caxias do Sul (RS) aprovaram, em assembleia na manhã desta sexta-feira (7), estado de greve contra a proposta patronal de 4,74% de reajuste. Os metalúrgicos defendem 10% de reajuste nos salários e, desde quarta-feira (5), a negociação mediada pela 4ª Vara do Trabalho, não avança.

Na manhã dessa sexta (7), os trabalhadores fizeram manifestações e protestos na entrada de algumas empresas, entre elas a Fras-Le, Marcopolo, Randon, Guerra, Ana Rech e Madal. Além do reajuste, a categoria reivindica piso regional R\$ 2.300, gratuidade no transporte e auxílio-creche.

Para o presidente do sindicato, Assis Melo, é inexplicável a intransigência patronal. “Não há razões para, até agora, negar por completo qualquer reajuste que signifique de fato um aumento, que signifique valor para o trabalhador, para que nossa mão de obra qualificada tenha motivação para continuar produzindo e autoestima para continuar desenvolvendo seu trabalho”, afirmou.

Assis Melo disse ainda que “a luta do sindicato é para dar dignidade para quem trabalha”, e questiona: “Querem transformar o trabalhador em escravo ou tentar acabar com o Sindicato? Continuamos na luta pela valorização dos metalúrgicos e metalúrgicas”, ressalta.

Guimar Vidor, presidente da CTB-RS, também participou da assembleia e se solidarizou com a mobilização dos metalúrgicos. De acordo com o dirigente, há anos os trabalhadores estão vendo os seus salários serem desvalorizados e seus direitos surrupiados. “Foram anos de ataques aos nossos direitos. E vamos voltar às ruas para recuperar o que foi tirado de nós pela reforma trabalhista. Nesses últimos quatro anos, a cesta básica aumentou 60% e o nosso salário não aumentou nem 30%. Estamos aqui para manifestar o nosso apoio a essa luta. A unidade, a luta de vocês, é fundamental. E se a classe patronal não ceder, vamos arrumar ainda mais força e fazer uma grande paralisação aqui no estado para que eles voltem a reconhecer a dignidade dos trabalhadores”, afirmou.

Engenheiros de SP: ‘Sabesp estatal é estratégica para a saúde pública’



Murilo Pinheiro, presidente do Sindicato dos Engenheiros do Estado de SP



Representante do ministro do Trabalho pede cancelamento de encontro com sindicalistas

A pedido do deputado Pedro Uczai (PT-SC), presidente da Frente Parlamentar da Participação Social e representante do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, no Fórum Sindical Ampliado (FSA), o encontro marcado para o último (6) foi cancelado. A justificativa foi um pedido de “concentração” feito pelo presidente da Câmara, Arthur Lira, devido às votações em curso.

Para esse encontro, estão mobilizadas mais de mil entidades, entre centrais, confederações e federações de trabalhadores e sindicatos. Na pauta está a recuperação dos direitos trabalhistas e a estruturação das organizações sindicais, eliminados com as reformas de Temer e Bolsonaro.

No último encontro do FSA, em 22 de junho, mais de 600 entidades estiveram presentes no debate, mantido mesmo após o ministro cancelar sua presença. A seguir, comunicado divulgado pela organização, sob o título “Convocação para aprovação da Reforma Tributária obriga o Fórum Sindical Ampliado a suspender a videoconferência com o ministro do Trabalho”:

“Lideranças sindicais de todo o país, tidas como as articuladoras da criação do Fórum Sindical Ampliado (FSA), se reuniram no início da tarde desta quarta-feira (05/07) para avaliar os impactos de mais uma tentativa frustrada para a realização da audiência com o Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, com o objetivo de apresentar-lhe as minutas de um Projeto de Lei (PL) e de uma Medida Provisória (MP) com o intuito de promover uma urgente contrarreforma trabalhista de modo a se recuperar os direitos subtraídos da classe trabalhadora, pela reforma neoliberal de 2017, e estabelecer mudanças positivas para o movimento sindical brasileiro.

A videoconferência que estava agendada para essa quinta-feira (06/07) entre o ministro Luiz Marinho, lideranças sindicais de todo o país que se unem pelo Fórum Sindical Ampliado (FSA) e parlamentares da Frente Parlamentar de Participação Social, restou cancelada conforme nota encaminhada pela assessoria de gabinete do Deputado Federal Pedro Uczai (PT-SC), com os seguintes dizeres: “O Presidente da Câmara Arthur Lira solicitou o cancelamento de todas as reuniões das Comissões e das Frentes Parlamentares desta semana, tendo em vista os esforços para votação do arcabouço fiscal e da reforma tributária. Dessa maneira, fica cancelada a live sobre o ‘Mundo do Trabalho e Legislação Trabalhista’, que estava programada com a participação do ministro do Trabalho, Luiz Marinho, no dia 06/07, às 18h”.

Deste modo, cónscios da importância desta votação para a governabilidade do Governo Lula e para a viabilização de uma sociedade brasileira menos desigual e mais justa, os dirigentes do Fórum Sindical Ampliado (FSA) optaram por suspender a videoconferência, reprogramando-a para uma nova data a ser anunciada nos próximos dias.

Mais uma vez lamentamos o imprevisto e agradecemos o engajamento das mais de 900 entidades sindicais laborais, envolvidas neste movimento que surgiu das bases e representa os interesses de mais de 20 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, de todos os Estados e de múltiplas categorias.”

Para presidente do Sindicato dos Engenheiros do Estado de SP, Sabesp é fundamental para a saúde pública e precisa ser mantida estatal

Em entrevista ao HP, no último dia 29, o presidente do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo, Murilo Pinheiro, falou sobre a importância da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) para a saúde pública, rebatendo a intenção do atual governador, Tarcísio de Freitas, de privatizar a principal empresa de saneamento do país e uma das maiores do mundo.

Com 50 anos desde sua criação, a Sabesp atende 366 municípios, operando um sistema formado por mais de 120 mil km de redes de água e esgotos – o equivalente a três voltas ao redor do mundo –, garantindo qualidade de vida a cerca de 29 milhões de pessoas.

“Não há nenhuma razão para privatizar a Sabesp”, afirmou o engenheiro, destacando que o que deveria se discutir é “como garantir a ampliação da empresa para atender o povo”. De acordo com o engenheiro, quando se fala em qualidade de vida, em saúde, “está se falando em saneamento, que é o tratamento de esgoto, coleta de esgoto e a água tratada. Por isso, a Sabesp é extremamente importante para a saúde pública e precisa ser mantida estatal”.

“Precisamos ter uma boa discussão a esse respeito. Qual é o argumento para a privatização? E econômico? Então, vamos ver se a empresa está dando lucro, se está na bolsa de valores, se tem acionistas. Se ela já tem acionista, se está na bolsa, se dá lucro, onde está a razão?”, questionou.

De acordo com o balanço divulgado, a Sabesp obteve, em 2022, um lucro de R\$ 3,12 bilhões. O resultado é 35,4% superior aos R\$ 2,3 milhões registrados no ano anterior e, de acordo com informações da empresa, investiu R\$ 5,4 bilhões em 2022, sendo R\$ 2,16 bilhões em água e R\$ 3,22 bilhões em esgoto. “Por isso eu queria que o governador colocasse. Se a razão é, então, política, que ele coloque”, afirmou.

“Não estou aqui falando nem mal e nem bem do governador. Se o motivo for estritamente político, que ele defenda. De que jeito isso pode ser bom politicamente? Se a Sabesp deixar de ser estatal, como fica o povo? A discussão política não cabe para o caso de uma empresa de saneamento”.

“Essa é a maior empresa de saneamento da América. Não é um banco. Se é lucrativa, esse lucro deveria ser usado para atender às cidades que estão necessitando, para zerar a coleta de esgoto em Guarulhos, por exemplo. Vamos pegar esse dinheiro e investir onde falta”, afirmou.

REESTATIZAÇÕES

Murilo também falou da onda de reestatizações no setor do saneamento em diversos países, afirmando que essa tendência mostra que os resultados não saíram como se esperava. “Temos visto experiências no mundo inteiro de países que estão reestatizando suas empresas de saneamento, isso porque é um serviço que precisa atender a todos. Se você pensar somente na questão financeira, você diz ‘eu atendo até aqui e daqui para lá não nos interessa, não me dá lucro’”, completou.

O estudo “O Futuro é Público”, publicado pelo Instituto Transnacional (TNI), centro de pesquisas com sede na Holanda, aponta que entre 2000 e 2019, 312 cidades em 36 países reestatizaram seus serviços de tratamento de água e esgoto. Entre elas, Paris (França), Berlim (Alemanha), Buenos Aires (Argentina) e La Paz (Bolívia). Todo esse processo ocorreu após aumento abusivo no valor das tarifas, queda na qualidade dos serviços prestados à população e promessas de universalização não cumpridas, consequências da busca pelo aumento dos lucros.

SETOR ESTRATÉGICO

Outro ponto da Sabesp pública que Murilo chama a atenção é para o seu papel social, com ações que compreendem as práticas do subsídio cruzado – na qual as regiões de maior rentabilidade garantem o investimento nas áreas menos rentáveis –, tarifas sociais e ações que garantiram o combate ao coronavírus durante a pandemia. Questionado sobre o impacto que uma possível privatização teria sobre o papel social da empresa, disse Murilo: “Como é que nós vamos atender a tarifa social? Sabe como é que vai ser? O governo vai ter que subsidiar. Por que é que eu, empresa particular, teria a obrigação de manter uma tarifa social? Obviamente que não tem”.

O presidente do Sindicato dos Engenheiros também alertou para uma ameaça à política de subsídio cruzado com uma possível privatização. “Quem vai atender Francisco Morato, Franco da Rocha e assim por diante? Quem vai atender aquelas cidadezinhas pequenininhas? Aquela cidade chamada Afonso, com três, quatro mil habitantes? Se estamos assumindo que a empresa privada busca lucro, ela vai olhar para esse município e dizer ‘esquece, deixa lá, vou atender depois’. É uma situação que a gente precisa pensar”.

“Defendemos, aqui no Sindicato, que temos que envolver nesse debate cada prefeito atendido pela Sabesp. Aqueles prefeitos das cidades um pouco mais distantes, menos povoada, cidades menores, que deveriam estar em conjunto discutindo e participando ativamente”, continuou.

PÚBLICO X PRIVADO

“Creio que alguém que compre uma empresa visa ao lucro. Não acredito que vai ser: ‘estou comprando a empresa porque eu quero suprir aquilo que o governo não faz, que é atender aquelas regiões afastadas’. Não é isso. Se nós estamos falando de lucro, como será? A empresa privada pensa: se tem dez mil empregados, reduz o número de empregados e consequentemente aumenta o lucro. Se pensar que o investimento que fizer aumentará o lucro e aquele empregado é superimportante para o lucro acontecer, vai manter. Só que a empresa não quer lucro no futuro, quer no presente, quer ver na hora quanto vai ganhar”, acrescentou.

Respondendo aos argumentos de que a privatização geraria mais concorrência e uma possível melhora na qualidade dos serviços, Murilo alerta que o que vai acontecer é passar de um monopólio estatal para um monopólio privado.

“Só é possível concorrência no saneamento se você colocar uma empresa em cada cidade, porque dentro da mesma cidade você tem um cano de água aqui. Como é que você vai fazer? Você vai pôr um outro? Não há como. O atendimento da energia, da água dentro de uma cidade é por meio de monopólio. Vamos passar do monopólio estatal para o monopólio privado, somente. São os chamados monopólios naturais. Não tem como ser diferente”, argumentou.

De acordo com Murilo, a condição de monopólio privado em setores estratégicos como energia e saneamento permite ainda a prática de preços abusivos. “Eu aumento o preço como eu quiser. Quem quiser



RODRIGO LUCAS PAULO

Leia a íntegra da matéria em horadopovo.com.br



Usina nuclear de Fukushima, Japão Ameaça do Japão de despejar água radioativa faz Rússia e China assumirem medidas

As alfândegas dos dois países reforçarão o controle da presença de radioisótopos em produtos alimentares vindos do Japão diante da insistência das autoridades do país em atirar água da usina de Fukushima ao mar.

A Administração Geral das Alfândegas da China (GACC pelas siglas em inglês) proibiu na sexta-feira (7) as importações de alimentos de 10 regiões japonesas, em resposta à anunciada descarga no mar do material usado para resfriar os reatores da usina nuclear de Fukushima após o acidente de 2011.

MEDIDAS NECESSÁRIAS

O órgão alertou que o plano do governo japonês, sem qualquer questionamento por parte da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), “não reflete as opiniões dos especialistas”, razão pela qual planeja tomar “todas as medidas necessárias” para garantir a segurança dos consumidores chineses, preocupados com a segurança dos produtos alimentícios japoneses importados.

“A alfândega chinesa continuará a fortalecer a detecção e controle de substâncias radioativas, garantirá a segurança dos alimentos japoneses exportados para a China e impedirá rigorosamente a entrada de produtos de risco”, afirma uma declaração da GACC citada pelo canal CGTN.

“EXTREMAMENTE IRRESPONSÁVEL”

“É extremamente irresponsável” para o Japão prosseguir arbitrariamente com seu plano de descarga de água contaminada por energia nuclear, já havia ressaltado Zhang Kejian, presidente da Autoridade de Energia Atômica da China, em uma reunião do Conselho de Governadores da AIEA no mês passado. “Desconsiderando as preocupações legítimas de seu próprio povo e de outros países, o Japão não forneceu uma resposta científica e confiável às preocupações de todas as partes, nem consultou totalmente seus vizinhos e outras partes interessadas”, acrescentou Zhang.

TRANSPARÊNCIA EXIGIDA

O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Wang Wenbin, instou o Japão a responder honestamente às preocupações legítimas da comunidade internacional, parar de promover seus planos de descarga e efetivamente descartar a água contaminada por usinas nucleares de maneira científica, segura, transparente e consultiva.

Nesse contexto, para a importação produtos alimentícios de outras regiões do Japão, especialmente produtos do mar, as autoridades chinesas também realizarão verificações rigorosas nos documentos que os acompanham e os submeterão a inspeção especial.

RÚSSIA ANUNCIA MEDIDAS

O Serviço Federal Russo de Supervisão da Proteção e Bem-Estar do Consumidor (Rospotrebnadzor) também anunciou nesta sexta-feira que vai reforçar o controle sanitário dos peixes, mariscos e produtos derivados procedentes do Japão para impedir a entrada de alimentos “com conteúdo elevado de radionuclídeos”.

“Atualmente, o embarque de produtos alimentícios do Japão para a Federação Russa é permitido desde que seja apresentada uma declaração emitida por uma autoridade competente autorizada do Japão, confirmando que o conteúdo de substâncias radioativas nos produtos está abaixo dos padrões estabelecidos pela legislação em vigor, e um certificado com os resultados do conteúdo de céso radioativo seja anexado à declaração”, especificou a agência.

Além de reforçar o controle sanitário, a Rússia também pretende controlar com mais rigor a circulação dos frutos do mar japoneses no país.

Testes realizados no final de maio em peixes nadando na área portuária de Fukushima mostraram que o nível de céso-137 excede 180 vezes o limite permitido pelos órgãos internacionais e inclusive no Japão.

Jamie Quinton, chefe da Escola de Ciências Naturais da Universidade Massey, da Nova Zelândia, disse que nessas águas os isótopos radioativos que preocupam são iodo-131 e céso-137, que têm energia suficiente para causar morte celular e mesmo mutação. “Em outras palavras, eles são capazes de produzir câncer”, sublinhou o cientista.

O deputado Woo Won-shikdo Partido Democrata da Coreia do Sul questionou o despejo: “Se acham que a água é segura porque não a usam para propósitos agrícolas ou industriais ao invés de jogá-la ao mar?”

Rússia: envio de bombas banidas faz EUA cúmplice em crimes de guerra



“Objetivo anti-russo dos EUA é prolongar o conflito na Ucrânia”, denuncia Zakharova

Relação China/Brasil é debatida em encontro com a imprensa no consulado chinês do Rio

“Brasil e China são grandes nações em desenvolvimento com impacto global. Ambas são ainda parceiras estratégicas abrangentes que possuem interesses em comum e assumem amplas responsabilidades no cenário internacional”, ressaltou Tian Min, cônsul-geral da China no Rio de Janeiro, ao abrir o encontro promovido pelo Consulado da China com jornalistas brasileiros realizado nesta quarta-feira (28).

“Desde o estabelecimento das relações diplomáticas, em 1974, a cooperação entre os dois países tornou-se um modelo para outras nações e regiões. Diante de uma situação internacional cada vez mais complexa, as relações sino-brasileiras permanecem estáveis, a compreensão entre os países segue avançando, assim como o conhecimento cultural mútuo”, acrescentou Tian Min, no encontro do qual participaram, junto à equipe de especialistas consulares, os jornalistas Alessandra Scangareli Brites, do veículo Intertelas, Henrique Gomes Batista, do jornal O Globo e Nathaniel Braia, do jornal Hora do Povo. Pela equipe chinesa participaram, além da cônsul-geral, o cônsul, Yang Huiquan, a secretária da cônsul-geral e vice-cônsul, Cai Zhiwen e os vice-cônsules Duan Yunxuan e Zeng Can.

RELAÇÕES COMERCIAIS

“Como está a percepção chinesa a respeito da importância do intercâmbio científico e tecnológico do Brasil com a China, como tem sido o crescimento do intercâmbio comercial entre nossos países?”, perguntou Braia, que também destacou o convergência das posições do Brasil e da China por uma solução



Jornalistas encontram equipe consular do Rio

negociada para se chegar à superação do conflito na Ucrânia.

A primeira questão foi tratada pela vice-cônsul e secretária da cônsul-geral da China no Rio, Cai Zhiwen, que destacou o aumento de “21 vezes no intercâmbio comercial entre os dois países desde quando Lula fez a primeira visita do Presidente Lula à China em 2004”.

“O Brasil foi o primeiro país da América Latina a ter um volume de comércio bilateral com a China superior a 100 bilhões de dólares, ultrapassando a marca dos 100 bilhões de dólares por cinco anos consecutivos desde 2018. Desde 2009, a China tem sido o maior parceiro comercial do Brasil por 14 anos consecutivos”, acrescentou Zhiwen.

Ela enfatizou a condição do Brasil como o nono maior parceiro comercial da China e o maior destino de exportação e fonte de importação da China na América Latina. “A China também é uma importante fonte de investimento para o Brasil, que é o país que mais recebe investimentos chineses na América Latina”.

NEGOCIAÇÕES DE PAZ

Sobre a crise ucraniana, discorreu o vice-cônsul Zeng

Can, ressaltando que “desde o agravamento da crise na Ucrânia, a China, como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, manteve uma posição objetiva e imparcial para, ativamente, promover conversações para a paz. O presidente Xi Jinping tem se comunicado com os líderes da Rússia, da Ucrânia e de outras partes, pedindo negociações de paz o mais cedo possível”.

Can destacou “os quatro princípios propostos pelo presidente Xi Jinping, de que a soberania e a integridade territorial de todos os países devem ser respeitadas, os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas devem ser observados, as preocupações legítimas de segurança de todos os países devem ser levadas a sério e todos os esforços que levam à resolução pacífica da crise devem ser apoiados”.

“Esses princípios”, esclareceu, “são base fundamental para a China contribuir para promover uma solução política para a crise na Ucrânia”.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Jornalista brasileiro relata detenção pelas tropas israelenses em Jenin

O jornalista brasileiro Edrien Esteves, que estava no campo de refugiados de Jenin durante o pior ataque israelense em 20 anos, relatou em depoimento a Paola de Orte, publicado pelo jornal O Globo, como foram as 20 horas de detenção em meio à razia. Ele estava havia duas semanas na Cisjordânia para cobrir o aumento dos confrontos na região.

O ataque israelense deixou 12 palestinos mortos, entre eles cinco menores, mais de uma centena de feridos e centenas de casas danificadas ou destruídas. O campo de refugiados, com 14 mil pessoas, ficou sem eletricidade e água. Em 2002, Jenin – que já fora um dos principais centros de resistência à limpeza étnica palestina perpetrada durante a implantação de Israel – se tornou símbolo da resistência palestina durante a segunda Intifada e cuja memória de seus habitantes é relatada no filme ‘Jenin, Jenin’, do diretor Mohammed Bakr.

“Era pouco depois da uma e meia da manhã quando ouvi as primeiras explosões. Eu estava trabalhando em um quarto que havia alugado em um teatro que serve de hospedaria para jornalistas e voluntários no campo de refugiados de Jenin, no território ocupado da Cisjor-



Jenin sob ataque aéreo da ocupação israelense

dânia”. (Esteves fala aqui do Teatro da Liberdade, o teatro palestino mais conhecido internacionalmente, cuja arte se coloca como integrada a resistência palestina e que já sofreu outras razias, como relatado pelo portal +972 magazine, em 26 de julho de 2011).

“Meu nome é Edrien Esteves, nasci em Santos, tenho 44 anos. Sou jornalista freelancer. Moro em Londres desde 2017 e já cobri a reconquista de Mossul, no Iraque, a Grande Marcha do Retorno, em Gaza, a crise dos refugiados rohingya, em Bangladesh, e a guerra na Ucrânia”.

Ele havia chegado a Jenin

em 19 de junho e cobrira o enterro da menina Sadeel Nagnhegha, de 15 anos, morta dois dias depois durante uma incursão do Exército de Israel na cidade.

Esteves relata já ter visto palestinos armados no funeral, mas nunca virá armas onde estava hospedado. “Por isso, me surpreendeu o que aconteceu na madrugada de 3 de julho, dia em que o Exército de Israel iniciou sua maior incursão em Jenin em 20 anos, quando invadiu o meu quarto, confiscou meu celular e minha câmera e me deteve por 20 horas”.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

“Ao abastecer a Ucrânia com bombas banidas em 123 países, EUA transformará território ucraniano em campo minado”, alertou porta-voz do MRE da Rússia

“A decisão da administração Joe Biden de fornecer bombas de fragmentação ao regime de Kiev é mais uma manifestação flagrante do agressivo curso anti-russo dos Estados Unidos, com o objetivo de prolongar o conflito na Ucrânia e a guerra até ao último ucraniano”, afirmou a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, Maria Zakharova, enfatizando o menosprezo de Washington pelas vidas humanas. “Ao abastecer a Ucrânia com esse tipo de bombas, banidas em 123 países, os EUA se tornam cúmplices e farão daquele território um campo minado”, resumiu.

Conforme Zakharova, esta é uma decisão desesperada diante do fracasso da tão propagandeada “contraofensiva” do regime de Zelensky, “uma demonstração de impotência” que nem o bilionário apoio dos EUA tem conseguido minimizar. “É um envolvimento cada vez mais profundo dos EUA e dos seus satélites nas hostilidades”, acrescentou.

Em relação às promessas ucranianas sobre um eventual “uso cuidadoso de bombas de fragmentação”, a representante russa disse que são declarações completamente inúteis e que, evidentemente, penalizarão os civis. Afinal, explicou, são bombas que “podem permanecer sem detonar por muito tempo e explodir após o fim das hostilidades”, como aconteceu após seu uso no Oriente Médio e em outras regiões do mundo, espalhando destruição, mortes e mutilações.

As bombas de fragmentação, também chamadas de cluster [aglomerado] ou de dispersão, são lançadas em queda livre e possuem um dispositivo que, ao ser aberto, libera dezenas a centenas de pequenas bombas em um raio de 400

metros. O fato é que algumas das bombas menores podem ser de explosão retardada, para dificultar o socorro a feridos ou impedir o concerto imediato de instalações.

Como muitos desses projéteis não são detonados ao contato com pessoas ou veículos, os transformam em minas terrestres durante anos ou até décadas após terem sido disparados. Dados levantados pela Reuters em 2008 indicavam que um terço das vítimas das bombas de fragmentação era composta por crianças, e 60% foram atingidas enquanto realizavam atividades cotidianas. Analistas militares confirmam que um alto percentual delas não explode no impacto, fazendo do território um campo minado.

“A comunidade internacional não tem o direito de ignorar esses fatos óbvios e deve responder adequadamente a eles”, enfatizou Zakharova, para quem a “arma milagrosa” com que os EUA apostam sem pensar nas consequências não afetará o curso da operação militar especial russa.

O ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergey Lavrov, voltou a alertar que os países ocidentais que apoiam a Ucrânia estão se tornando parte do conflito e qualquer envio de armas para Kiev se converte em alvo legítimo para as Forças Armadas russas. Embora alinhado com os EUA na agressão, o primeiro-ministro britânico, Rishi Sunak, disse neste sábado, que seu país “desencoraja” a utilização das bombas de fragmentação e apontou que o Reino Unido é um dos 123 países que assinou a Convenção sobre as Munições de Fragmentação de 2008. Da mesma forma se posicionaram a Espanha, e o Canadá.

A ONU condena a ameaça norte-americana.

O Arce propõe ao Mercosul “integração industrializadora e independente do dólar”

O presidente da Bolívia, Luis Arce Catacora defendeu a importância de uma “integração industrializadora, libertadora e sem o uso do dólar” durante a 62ª sessão plenária da Cúpula de Chefes de Estado do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e Estados Associados, realizada em Puerto Guazu, Argentina, na quarta-feira (5).

Em processo de adesão ao Mercosul, Arce destacou que “o povo boliviano tem vocação para a integração” e uma trajetória de luta anti-imperialista, de proteção das nossas potencialidades e recursos naturais, sublinhando a necessidade de estreitarmos cada vez mais os vínculos entre as nações sul-americanas. “Não é por acaso que certo Comando do Sul [EUA] nos tenha na mira. Temos muitos recursos que despertam a cobiça de quem sempre nos levou tudo sem deixar nada”, acrescentou.

Ao longo da semana ocuparam lugar nas manchetes a importância estratégica do lítio, mineral do qual depende a indústria de computadores, celulares e carros elétricos, e que Bolívia, Argentina e Chile detêm 60% das reservas mundiais. Da mesma forma que as parcerias acordadas pela Bolívia com a Rússia e a China para a sua industrialização têm provocado reações por parte do governo estadunidense, que através de Elon Musk chegou a patrocinar um golpe.

Diante dos desafios colocados, Arce conclamou os países membros do Mercosul a “reduzir a dependência do dólar” e fortalecer as moedas locais para o comércio exterior – com transações bilaterais –, como mecanismos de sobrevivência frente à “crise estrutural do capitalismo”. “Nossa região é seriamente afetada pelas restrições e regulamentações impostas pelo sistema financeiro dos Estados Unidos, que limitam as opções de financiamento e as possibilidades de acesso aos mercados”, assinalou.

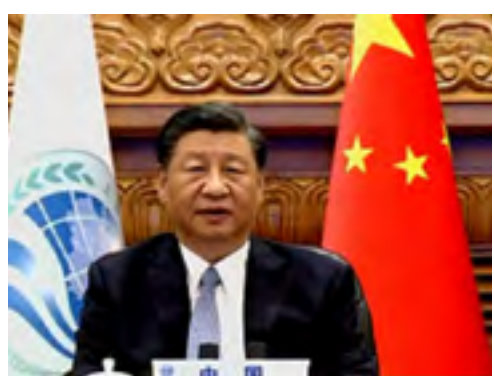
Para romper com estas travas, a Bolívia expressou uma proposta desenvolvimentista baseada em oito eixos: trabalhar para fortalecer as moedas em nível regional, promovendo seu uso em transações internacionais; combater a insegurança alimentar, abordando a questão por meio da cooperação na produção e comércio de alimentos; proteger as reservas e recursos de lítio dos países amazônicos; trabalhar conjuntamente para a industrialização de recursos estratégicos sem interferência ou pressão de qualquer natureza; implementar o Projeto Corredor Ferroviário de Integração Bioceânica para fortalecer a integração física e o desenvolvimento socioeconômico da região; implementar o Projeto Corredor Ferroviário de Integração Bioceânica para fortalecer a integração física e o desenvolvimento socioeconômico da região; ampliar a participação social para resolver a mudança climática, vencer a pobreza, a desigualdade e assegurar os direitos humanos, além de articular esforços nas fronteiras para facilitar o comércio e a mobilidade, combater a criminalidade transfronteiriça e impulsionar o desenvolvimento conjunto de projetos socioprodutivos.

Arce reiterou a necessidade da promoção e divulgação da diversidade cultural e da riqueza natural.

A Bolívia iniciou sua união ao bloco em 2012, após ratificar e colocar em vigor o Protocolo de Adesão da Bolívia como Estado membro, para o que foram cumpridas diversas tarefas.

O Protocolo de Adesão foi assinado em 2015, mas o processo para sua incorporação como membro pleno do bloco ainda não foi concluído por falta de aprovação do Congresso boliviano.

Pelo significado da contribuição boliviana, o presidente Lula se comprometeu a trabalhar “pessoalmente” pela aceitação do país.



Líder chinês discursou na abertura da cúpula da Organização para Cooperação de Xangai

Presidente Xi Jinping chama nações à “vigilância contra o fomento da guerra fria”

“É preciso manter um rumo pacífico, construir solidariedade e confiança mútua. É importante reforçar a coordenação estratégica. Apelar para a resolução das diferenças através do diálogo, para procurar a cooperação em vez da concorrência e para respeitar os interesses e preocupações fundamentais uns dos outros”, afirmou o presidente chinês Xi Jinping, discursando por vídeo na abertura da 23ª Cúpula do Conselho de Chefes de Estado da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX), na terça-feira (4).

Observando que a humanidade estava diante de uma escolha sem precedentes, tendo que escolher entre unidade e divisão, paz e conflito e cooperação e confronto, apontou que é necessário se opor as tentativas de iniciar uma nova Guerra Fria.

“Devemos estar altamente vigilantes contra o formento da Guerra Fria por forças externas. É necessário se opor categoricamente a quaisquer tentativas de interferência externa e instigação de revoluções coloridas sob qualquer pretexto”, disse o líder chinês.

Ademais, Xi Jinping assinalou que os países da OCX devem aumentar os pagamentos em moedas nacionais no âmbito da associação.

“Considero conveniente aumentar a parcela de acerto de contas em moedas nacionais dentro da organização”, sublinhou o líder chinês.

Ele também declarou que é necessário aumentar a cooperação em moedas digitais soberanas e trabalhar na criação do Banco de Desenvolvimento da OCX para sustentar a desdolarização do comércio.

POR UMA ORDEM MUNDIAL JUSTA

“A nossa organização está firmemente comprometida em construir uma ordem mundial verdadeiramente justa e multipolar. Uma ordem mundial baseada no direito internacional, nos princípios universalmente reconhecidos de cooperação mutuamente respeitosa entre Estados soberanos, com o papel central de coordenação da Organização das Nações Unidas”, afirmou o presidente russo, Vladimir Putin, durante o seu discurso na cúpula da OCX.

“E agora uma guerra híbrida está de fato sendo travada contra nós. Sanções ilegais antirrussas sem precedentes em sua escala estão sendo aplicadas”, denunciou o líder russo.

O chefe de Estado salientou que a Rússia se opõe com firmeza e resistirá à pressão externa, sanções e provocações.

Tocando em questões comerciais, ressaltou que mais de 80% do comércio entre a Rússia e a China é realizado em rublos e yuans.

Leia mais no site da Hora do Povo

Franceses desafiam proibição de Macron e voltam às ruas contra o racismo da polícia

Desafiando a proibição imposta por Macron, pelo menos 30 manifestações contra o racismo e a violência policial foram realizadas na tarde de sábado (08) na França, exigindo justiça para Adama Traoré, um jovem de 24 anos, filho de imigrantes do Mali, que morreu sob custódia da polícia em 2016 num subúrbio da capital francesa. Os protestos também homenagearam o jovem Nahel Merzouk, morto por um policial em um controle de trânsito na cidade de Nanterre, nos arredores de Paris, em 27 de junho último.

Assa Traore, irmã de Adama e uma das organizadoras das marchas que se realizam anualmente desde o crime, exortou os participantes a não deixar que a violência e o racismo os intimidem. “O nosso medo ajuda os criminosos, lhes dá mais força”, afirmou. Mais de 90 sindicatos, organizações e partidos políticos condenaram a política de discriminação e se somaram à convocação das passeatas em todo o país.

Em Paris, onde o protesto foi for-

temente reprimido, os manifestantes se reuniram na Praça da República, um ponto central da cidade onde tradicionalmente acontecem protestos políticos, informou o canal de televisão francês ‘BFMTV’.

“A liberdade de reunião na França, em particular, está ameaçada”, disse o que compareceu ao encontro apesar da proibição, o que ele chamou de “chocante”.

Entre as ações hostis, muitos policiais paravam os manifestantes, exigiam documentos e lhes aplicavam multas de 135 euros.

Desde o dia 27, os protestos contra a tragédia ocorrida com Nahel em Nanterre, próxima a Paris, se espalharam para pelo menos 220 municípios, com a gendarmaria (guarda armada) utilizando veículos blindados para perseguir e reprimir. Foram detidas mais de 3.700 pessoas, incluindo 1.160 menores de idade. Calcula-se que o conflito já gera mais de um bilhão de euros em prejuízos.

Defesa de Assange prova conluio EUA-Londres para extradição ilegal



Papa recebe Stella, esposa de Assange, com familiares do jornalista preso político

Ataques a tiros nas festas da Independência dos EUA deixam 18 mortos e mais 102 feridos

Dezoito pessoas foram mortas e 102 ficaram feridas em 17 ataques a tiros contra concentrações de pessoas nos Estados Unidos durante o fim de semana prolongado do Dia da Independência, informou o portal Gun Violence Archive, na quarta-feira (5), ao relatar o trágico acontecimento.

Com descontrole da violência armada no país, festivais, festas de rua e outros encontros foram cenários das chacinas que ocorreram em 13 estados dos EUA e no Distrito de Columbia.

Trinta pessoas baleadas, duas fatalmente, em uma festa em Baltimore; pelo menos três mortos e 10 feridos em uma celebração anual do Dia da Independência na Louisiana; um menino de 7 anos morto a tiros em Tampa após uma briga entre dois grupos que se reuniram ao longo de um viaduto para comemorar o Dia da Independência, entre os informes sobre a violência incontrolada.

Em ataque na Filadélfia, na noite da segunda-feira (03), cinco pessoas morreram e várias ficaram feridas, entre elas um menino de 2 anos e outro de 13, ambos baleados nas pernas, quando um homem armado com um AR-15 abriu fogo contra desconhecidos.

Na capital, Washington, os agentes que responderam a um chamado por um tiroteio em um bairro a cerca de 20 minutos da Casa Branca en-



Ao fugir dos tiros na festa do 4 de Julho em Filadélfia, jovem deixou seu tênis (Alejandro Alvarez/Philadelphia Inquirer)

contraram um garoto de 9 anos e um rapaz de 17 entre as vítimas, disse a chefe assistente do Departamento de Polícia Metropolitana, Leslie Parsons. A criança estava em uma van com o avô quando um tiro foi disparado contra o veículo, atingindo o idoso na mão e o menino na cabeça.

ARMAS SEM RESTRIÇÃO

Com a anuência e incentivo da indústria de armas, a Suprema Corte dos EUA determinou em julho do ano passado que os americanos têm o ‘direito fundamental’ de portar armas de fogo em público de forma não ostensiva em uma decisão que impede os Estados de restringir o porte de armas.

A decisão, que ocorreu no momento em que o país

enfrenta uma onda de massacres com armas de fogo, derubou uma lei de Nova York que exigia permissão para portar uma arma de fogo em público, ainda que guardada.

Já o Comitê de Supervisão e Reforma da Câmara dos EUA apresentou numa audiência do Capitólio, um relatório sobre a produção e comercialização das armas de fogo que ganharam notoriedade devido à sua utilização nos assassinatos em massa registrados recentemente naquele país.

A investigação concentrou-se em cinco dos maiores fabricantes de armas, concluindo que os mesmos arrecadaram um total de mais de 1 bilhão de dólares (4,9 bilhões de reais) em receitas nos últimos dez anos só com a venda de armas de fogo do estilo AR-15.

Serviço Secreto quer saber como cocaína foi parar na Casa Branca, afirma o NYT

Realmente, são tempos estranhos na Casa Branca. No fim de semana, uma notícia inusitada chegou às manchetes dos jornais. De acordo com a do New York Times de quarta-feira (5), que não pode ser acusado de antipatia ao governo Biden, “Serviço Secreto Investiga Como Cocaína Foi Parar na Casa Branca”.

Esclarecia a publicação que “pó branco suspeito achado na Casa Branca é identificado como cocaína” e fora encontrado em uma área pública da ala oeste da Casa Branca.

O pó suspeito havia sido descoberto por agentes do Serviço Secreto no domingo, por volta das 20h45, hora local, levando a uma breve evacuação do complexo por medo de materiais perigosos.

“Na noite de domingo, o complexo da Casa Branca foi fechado por precaução enquanto oficiais da divisão uniformizada do Serviço Secreto investigavam um item desconhecido encontrado dentro de uma área de trabalho”, disse o porta-voz do Serviço Secreto Anthony Guglielmi em um comunicado, acrescentando que o corpo de bombeiros de Washington determinou a substância “não representava uma ameaça”.

Na quarta-feira, veio a confirmação do Serviço Secreto que protege a Casa Branca de que o pó era cocaína. No domingo mesmo, equipes de bombeiros no local haviam realizado testes rápidos preliminares na substância, que revelaram qual era a natureza do pó.

Sobre isso, o Washington Post



Ala Oeste da Casa Branca onde foi localizado o pó suspeito

relatou que “um bombeiro da equipe de materiais perigosos do departamento de DC transmitiu por rádio os resultados” do pó testado, citando um banco de dados online de comunicações de emergência. O despacho de rádio dizia: “Temos uma barra amarela dizendo cloridrato de cocaína”.

Por sua vez a agência responsável pela segurança presidencial em comunicado dissera que o “item” fora enviado para “uma avaliação mais aprofundada, e uma investigação sobre a causa e a maneira como ele entrou na Casa Branca está pendente”.

A Ala Oeste é uma parte da Casa Branca anexada à mansão executiva onde mora o presidente. Inclui o Salão Oval, sala de gabinete e área de imprensa, além de escritórios e espaços de trabalho para assessores e funcionários do presidente. Centenas de

pessoas trabalham ou passam pela área regularmente.

Embora poucas novidades tenham sido reveladas, o porta-voz do serviço secreto Anthony Guglielmi disse que a cocaína foi descoberta em uma área do saguão da Ala Oeste onde as pessoas podem guardar seus telefones. O saguão é “uma área muito movimentada” acessada regularmente por visitantes e funcionários, disse a secretária de imprensa da Casa Branca, Karine Jean-Pierre, na quarta-feira.

Como o local é cheio de câmeras, aparentemente não será difícil decifrar quem foi o distraído que lá deixou o pó. Biden e sua família haviam partido para Camp David na sexta-feira e retornaram à Casa Branca na terça-feira, para as comemorações do 4 de Julho, feriado da independência.

A documentação comprovando o esquema conjunto de repressão ao jornalista consta da moção de apelação dos advogados de Julian Assange junto à Suprema Corte da Inglaterra

O Consortium News, um portal norte-americano que foi fundado pelo lendário Robert Parry, jornalista que denunciou o escândalo Irã-Contras, e que tem se destacado na defesa de Julian Assange contra sua extradição para os EUA, em seu programa CN Live de quinta-feira (6) divulgou os principais pontos da apelação de seus advogados à Suprema Corte inglesa de 150 páginas, em que registra de forma contundente o conluio entre Londres e Washington para perseguir o jornalista australiano fundador do WikiLeaks e extraditá-lo para um cárcere da CIA pelo resto da vida, em razão da denúncia que ele fez dos crimes de guerra dos EUA no Iraque e Afeganistão e da tortura em Guantánamo.

Apresentado pelos advogados de Assange ao Supremo Tribunal da Inglaterra e do País de Gales, o documento ‘Fundamentos de Apelação Aperfeiçoados’ revela novas evidências de fraude tanto da Grã-Bretanha quanto dos Estados Unidos e constitui a base para uma aguardada apelação ao Tribunal Europeu de Direitos Humanos.

No programa, que foi gravado no dia em que Assange completou 52 anos, seu quinto aniversário na Guantánamo britânica, o presídio de segurança máxima de Belmarsh, na segunda-feira (3), participaram a apresentadora Cathy Vogan e Emmy Butlin, do Comitê de Defesa de Assange.

Vogan, que acompanha o caso há 13 anos, assinalou que o documento elucidou questões importantes, como a de que a Lei de Segredos Oficiais (ACT, segundo as iniciais em inglês) na seção 81, determina que “você não pode extraditar alguém por suas opiniões políticas”.

“Nós pensávamos que havia uma exceção política no tratado de extradição, mas não na lei ACT”.

A defesa aponta que a opinião de Assange contra a tortura é universal. E o que chamam de proibição jus cogens. “Isso significa que todos os tribunais do mundo não são apenas contra a tortura, não apenas a consideram um crime, mas é responsabilidade desse tribunal ouvir as denúncias de tortura e fazer o possível para impedir que isso aconteça novamente”.

Portanto – sublinha Vogan -, é “muito poderosa a Seção 81”, eles deveriam tê-la reconhecido. “Diz aí que expor um crime, inclusive o crime de Estado, é um ato político protegido”.

A apresentadora acrescenta que uma das partes mais importantes disso é sobre o Tribunal Penal Internacional, e que não apenas o WikiLeaks, mas Julian Assange, sua própria presença “é essencial no Tribunal Penal Internacional para processar a tortura da CIA”.

“Eles argumentam que esse aumento das acusações e dos anos cumulativos – alguns países cumprem sentenças por crimes diferentes simultaneamente, mas os EUA apenas os somam. Então, no caso dele, vai muito além de sua vida natural. Isso significa que ele nunca poderá ir ao Tribunal Penal Internacional para testemunhar e, assim, a impunidade para a CIA está protegida. E seus advogados apontam que isso faz parte da motivação nefasta por trás dessa acusação”.

ERROS E FRAUDES

Vogan observou ainda que, para o atual editor do WikiLeaks, Kristinn Hrafnsson, há dúvidas até mesmo se a juíza Swift

[que em três páginas negou o direito de apelação de Assange] realmente leu o documento de 150 páginas, “porque há erros terríveis que a juíza distrital (Venessa Baraitser) cometeu diante das provas que lhe foram apresentadas”.

“Uma das coisas que é totalmente nova para mim foi que, diante todas as evidências que o legista Patrick Eller forneceu, os EUA retiraram a alegação de que o propósito de quebrar essa senha era esconder a identidade de Chelsea Manning.” Então, houve a retirada porque ficou demonstrado que era “um absurdo”.

“Porém, de forma mais ampla, tornei-me familiarizado com o abuso de Zakrzewsky. Isso vem de um caso de 2013 na Polônia, onde foi articulado que as evidências, ou os fatos de um caso, quando são fornecidas em acompanhamento a um pedido de extradição, devem ser justas, adequadas e precisas”.

EUA MENTIRAM

A defesa de Assange afirma que “os EUA enganaram os tribunais do Reino Unido e os fatos centrais do caso”, sobre coisas que eles conheciam “desde a corte marcial de Chelsea Manning”.

“Eles distorceram suas próprias evidências e, finalmente, levaram o tribunal a acreditar que apenas o WikiLeaks havia publicado os telegramas não editados e omitiram todas as informações sobre o Cryptome, o Pirate Bay e centenas de outros sites nos quais essas informações foram publicadas primeiro”.

“Isso é absolutamente crucial, porque aponta para uma diferença entre a Lei de Segredos Oficiais e a Lei de Espionagem”.

“Portanto, é uma responsabilidade estrita no último caso, mas na Lei de Segredos Oficiais, se a informação já foi tornada pública e está disponível em todo o mundo, como estava em centenas de sites, não é uma ofensa republicá-la. E isso vem do famoso caso Spycatcher, certo?”

Vogan lembrou que o caso era tido como impossível de vencer, “mas o ministro Malcolm Turnbull apontou essa diferença entre a Lei de Espionagem e a Lei de Segredos Oficiais”. “Então essa foi uma prova absolutamente crucial, porque de fato, sonogada, não revelou que havia dupla incriminação”, destacou.

JUIZA ARBUTHNOT

Butlin lembrou que Vanessa Baraitser era magistrada júnior e agora foi elevada ao Tribunal da Coroa, e que tinha como chefe Emma Arbuthnot, que era a principal magistrada do Tribunal de Magistrados de Westminster e estava orientando Baraitser.

Na minha opinião, acrescentou Butlin, Emma Arbuthnot “mentiu deliberadamente no tribunal sobre o caso Julian Assange. E digo isso porque ela presidiu os trâmites do caso de Julian Assange em janeiro e fevereiro de 2018, para se negar a rescindir o mandato de prisão contra Julian Assange, emitido em 2012, quando ele entrou na embaixada do Equador em busca de asilo político”.

“Assim, a própria essência da violação das condições de fiança tornou-se o pretexto para toda essa vigilância durante todos esses anos. Mesmo depois que o caso suco foi encerrado, a investigação preliminar foi encerrada em 2017, eles continuaram a manter a validade do mandato de prisão.

Leia a íntegra em www.horadopovo.com.br

A América do Norte acaba de destruir um grande império, afirma Michael Hudson

O respeitado economista norte-americano Michael Hudson relembra Heródoto, e a história do rei Creso, que depois de grandes conquistas voltou os olhos para leste, para a Pérsia governada por Ciro, o Grande.

Após receber do seu Oráculo a resposta de que “se for à guerra contra a Pérsia,

destruirá um grande império”, marcha contra ela e acaba que o império destruído foi o de Creso. Hudson faz então uma analogia com o momento atual, em que os EUA, com o objetivo de manter sua ordem unipolar, ataca a Rússia e ameaça a China, causando sua própria ruína.

A seguir, na íntegra:

MICHAEL HUDSON*

Heródoto (História, Livro 1.53) conta a história de Creso, rei da Lídia (585-546 aC) no que hoje é a Turquia Ocidental e a costa-jônica do Mediterrâneo. Creso conquistou Éfeso, Mileto e os reinos vizinhos de língua grega, obtendo tributos e saques que o tornaram um dos governantes mais ricos de seu tempo. Mas essas vitórias e riqueza o levaram à arrogância e soberba. Creso voltou seus olhos para o leste, ambicioso para conquistar a Pérsia, governada por Ciro, o Grande.

Tendo dotado o cosmopolita Templo de Delfos da região com prata e ouro substanciais, Creso perguntou ao seu Oráculo se teria sucesso na conquista que havia planejado. A sacerdotisa Pítia respondeu: “Se você for à guerra contra a Pérsia, destruirá um grande império”.

Creso, portanto, partiu para atacar a Pérsia em 547 aC. Marchando para o leste, ele atacou a Frígia, Estado vassalo da Pérsia. Ciro montou uma Operação Militar Especial para repelir Creso, derrotando o exército de Creso, capturando-o e aproveitando a oportunidade para apreender o ouro de Lídia para introduzir sua própria cunhagem de ouro persa. Então Creso realmente destruiu um grande império, mas era o dele.

Avançando rápido para a campanha de hoje do governo Biden para estender o poderio militar americano contra a Rússia e, por trás dela, a China. O presidente pediu conselhos ao análogo atual do oráculo de Delfos da antiguidade: a CIA e seus think tanks aliados. Em vez de alertar contra a arrogância, eles encorajaram o sonho neoconservador de que atacar a Rússia e a China consolidaria o controle dos EUA sobre a economia mundial, alcançando o Fim da História.

Tendo organizado um golpe de Estado na Ucrânia em 2014, os Estados Unidos enviaram seu exército de procuração da Otan para o leste, dando armas à Ucrânia para travar uma guerra étnica contra sua população de língua russa e transformar a base naval russa da Crimeia em uma fortaleza da Otan. Essa ambição de nível Creso visava atrair a Rússia para o combate e esgotar sua capacidade de se defender, destruindo sua economia no processo e destruindo sua capacidade de fornecer apoio militar à China e a outros países visados por buscar a autossuficiência como alternativa à hegemonia dos EUA.

Após oito anos de provocação, um novo ataque militar contra ucranianos falantes de russo foi visivelmente preparado, pronto para avançar em direção à fronteira russa em fevereiro de 2022. A Rússia protegeu seus companheiros falantes de russo de mais violência étnica montando sua própria Operação Militar Especial. Os Estados Unidos e seus aliados da Otan imediatamente apreenderam as reservas de divisas estrangeiras da Rússia mantidas na



Europa e na América do Norte e exigiram que todos os países impusessem sanções contra a importação de energia e grãos russos, esperando que isso derrubaria a taxa de câmbio do rublo. O Departamento de Estado, como Delfos, esperava que isso iria fazer os consumidores russos se revoltarem e derrubaria o governo de Vladimir Putin, permitindo aos EUA manobrar para instalar uma oligarquia cliente como a que tinha cevado na década de 1990 sob o presidente Yeltsin.

Um subproduto desse confronto com a Rússia foi garantir o controle dos Estados Unidos sobre seus satélites da Europa Ocidental. O objetivo dessa manobra intra-Otan era impedir o sonho da Europa de lucrar com relações comerciais e de investimento mais estreitas com a Rússia, trocando suas manufaturas industriais por matérias-primas russas. Os Estados Unidos descarriaram essa perspectiva ao explodir os gasodutos Nord Stream, impedindo o acesso da Alemanha e de outros países ao gás russo de baixo preço. Isso deixou a principal economia da Europa dependente do gás natural liquefeito (GNL) dos EUA, de custo mais alto.

Além de ter que subsidiar o gás doméstico europeu para evitar a insolvência generalizada, uma grande proporção de tanques Leopard alemães, mísseis Patriot dos EUA e outras “armas milagrosas” da Otan estão sendo destruídos em combate contra o exército russo. Tornou-se claro que a estratégia dos EUA não é simplesmente “lutar até o último ucraniano”, mas lutar até que o último tanque, míssil e outras armas sejam exauridos dos estoques da Otan.

Esperava-se que esse esgotamento das armas da Otan criasse um vasto mercado de reposição para enriquecer o complexo militar-industrial dos Estados Unidos. Seus clientes da Otan estão sendo instruídos a aumentar seus gastos militares para 3% ou até 4% do PIB. Mas o fraco desempenho das armas americanas e alemãs no campo de batalha ucraniano pode ter destruído esse sonho, enquanto as economias da Europa estão afundando na depressão. E com a economia industrial da Alemanha perturbada pelo corte de seu comércio com a Rússia, o ministro das Finanças alemão, Christian Lindner, disse ao jornal Die Welt em 16 de junho de 2023 que seu país não aguenta pagar mais dinheiro no orçamento da União Europeia, ao qual há muito tempo tem sido o maior contribuinte.

Sem as exportações alemãs apoiando a taxa de câmbio do euro, a moeda ficará sob



“O impulso arrogante da América para dominar o mundo unipolar só poderia ter sido desmantelado tão rapidamente por dentro. O governo Biden-Blinken-Nuland fez o que nem Vladimir Putin nem o presidente chinês Xi poderiam esperar alcançar em um período tão curto”

Ao lado, Michael Hudson (Monthly Review) e, no alto, sucatas de tanques norte-americanos no campo de batalha da Ucrânia (foto do Ministério da Defesa da Rússia)

pressão em relação ao dólar à medida que a Europa comprar GNL e a Otan reabastecer seus estoques esgotados de armas comprando novas armas da América. Uma taxa de câmbio mais baixa reduzirá o poder de compra da mão-de-obra europeia, enquanto a redução dos gastos sociais para pagar o rearmamento e fornecer subsídios ao gás está mergulhando o continente em uma depressão.

Uma reação nacionalista contra o domínio dos EUA está crescendo em toda a política europeia e, em vez de manter seu controle sobre a política europeia, os Estados Unidos podem acabar perdendo-o – não apenas na Europa, mas mais crucialmente em todo o Sul Global. Em vez de transformar o “rublo em escombros” da Rússia, como prometeu o presidente Biden, a balança comercial da Rússia disparou e seu suprimento de ouro aumentou. O mesmo aconteceu com as reservas de ouro de outros países cujos governos agora pretendem desdolarizar suas economias.

É a diplomacia americana que está tirando a Eurásia e o Sul Global da órbita dos EUA. O impulso arrogante da América para dominar o mundo unipolar só poderia ter sido desmantelado tão rapidamente por dentro. O

governo Biden-Blinken-Nuland fez o que nem Vladimir Putin nem o presidente chinês Xi poderiam esperar alcançar em um período tão curto. Nenhum dos dois estava preparado para lançar o desafio e criar uma alternativa à ordem mundial centrada nos Estados Unidos. Mas as sanções dos EUA contra a Rússia, Irã, Venezuela e China tiveram o efeito de barreiras tarifárias protetoras para forçar a autossuficiência no que o diplomata da UE Josep Borrell chama de “selva” mundial fora do “jardim” dos EUA/Otan.

Embora o Sul Global e outros países se queixem da dominação dos Estados Unidos desde a Conferência de Nações Não-Alinhadas de Bandung em 1955, eles careciam de massa crítica para criar uma alternativa viável. Mas sua atenção agora se concentrou no confisco americano das reservas oficiais em dólares da Rússia nos países da Otan. Isso dissipou o pensamento do dólar como um veículo seguro para manter a poupança internacional. A apreensão anterior pelo Banco da Inglaterra das reservas de ouro da Venezuela mantidas em Londres – prometendo doá-las a quaisquer oponentes não eleitos de seu regime socialista que os diplomatas americanos desistem – mostra como a

libra esterlina e o euro, assim como o dólar, foram transformados em armas. A propósito, o que aconteceu com as reservas de ouro da Líbia?

Os diplomatas americanos evitam pensar nesse cenário. Eles confiam na única vantagem que os Estados Unidos têm a oferecer. Pode abster-se de bombardeá-los, de encenar uma revolução colorida para “pinochetá-los” pelo National Endowment for Democracy, ou de instalar um novo “Yeltsin” entregando a economia a uma oligarquia cliente.

Mas abster-se de tal comportamento é tudo o que a América pode oferecer. Ele desindustrializou sua própria economia, e sua ideia de investimento estrangeiro é criar oportunidades monopolistas de busca de renda, concentrando monopólios tecnológicos e controle do comércio de petróleo e grãos nas mãos dos EUA, como se isso fosse eficiência econômica, não busca de renda.

O que ocorreu é uma mudança na consciência. Estamos vendo a Maioria Global tentando criar uma escolha independente e negociada pacificamente sobre que tipo de ordem internacional eles querem. Seu objetivo não é apenas criar alternativas ao uso de dólares, mas todo um novo conjunto de alternativas institucionais ao

FMI e Banco Mundial, ao sistema de compensação bancária SWIFT, ao Tribunal Penal Internacional e a toda a gama de instituições que os diplomatas americanos sequestraram das Nações Unidas.

O desfecho será civilizacional em escopo. Não estamos vendo o Fim da História, mas uma nova alternativa ao capitalismo financeiro neoliberal centrado nos EUA e sua economia lixo de privatização, guerra de classes contra o trabalho, e a ideia de que o dinheiro e o crédito deveriam ser privatizados nas mãos de uma classe financeira restrita ao invés de ser uma utilidade pública para financiar as necessidades econômicas e elevar os padrões de vida.

A ironia é que o papel histórico da América tem sido tal que, embora ela mesma não tenha sido capaz de liderar o mundo nesse sentido, suas tentativas de trancar o mundo em um sistema imperial antitético, conquistando a Rússia nas planícies da Ucrânia e tentando isolar a tecnologia da China de quebrar a tentativa dos EUA de monopólio de TI, têm sido os grandes catalisadores empurrando a maioria global nesse sentido.

* Economista e escritor. Tradução Hora do Povo. Publicado originalmente em <https://michael-hudson.com/>